



Relatório e Contas 2023

Índice

Mensagem do Conselho de Administração.....	3
Enquadramento Macroeconómico e Setorial.....	6
Enquadramento Setorial	8
Atividade	12
Análise dos Rendimentos e Gastos Operacionais.....	19
Indicadores Económico - Financeiros	25
Perspetivas	26
Proposta de Aplicação de Resultados	31
Informação sobre a Sociedade e Órgãos Sociais	32
Apreciação e Certificação de Contas	44
Demonstrações Financeiras.....	44
Balanço	47
Demonstração dos Resultados por Naturezas.....	48
Demonstração das Alterações no Capital Próprio	49
Demonstração de Fluxos de Caixa	50
Anexo às Demonstrações Financeiras	51
Anexos	89

Mensagem do Conselho de Administração

Constituída em 1997 a GLOBALEDA, Telecomunicações e Sistemas de Informação S.A. tem ao longo destes quase 25 anos atuado com base nas necessidades e expectativas do mercado da Região Autónoma dos Açores (RAA), com o apoio no continente português de uma equipa, sediada em Lisboa.

A necessidade constante de inovação e a diversificação do portefólio de serviços, com a preocupação permanente de servir as necessidades dos nossos clientes e da Melhoria Contínua, são os pilares estratégicos da GLOBALEDA.

Dispondo de técnicos qualificados, hoje, a GLOBALEDA pretende constituir-se como um parceiro de referência junto do mercado regional e dos nossos clientes, maximizando a eficiência e a satisfação do cliente, respeitando o meio ambiente e contribuindo ativamente para o bem-estar das comunidades que integra e serve.

Estamos comprometidos em adquirir competências no desenvolvimento de aplicações que proporcionem serviços para a gestão de sistemas inteligentes, baseados na sensorização de equipamentos. Essas aplicações serão direcionadas para sistemas de gestão de cidades, prevenção e alerta de catástrofes, otimização dos recursos hídricos e energéticos, promovendo práticas sustentáveis e eficazes no contexto de sistemas inteligentes.

Pretendemos também, consolidar a promoção e venda dos nossos produtos e serviços SIG, assim como alargar a nossa atuação para setores como soluções IoT, cibersegurança, desenvolvimento de plataformas de gestão e interação para administração pública e empresas, bem como a introdução de novos produtos em diversas áreas de interesse. Este esforço de diversificação evidencia o nosso compromisso em adaptar-nos às necessidades em constante evolução do mercado.

Atualmente, as nossas operações estão segmentadas em três áreas fundamentais: Engenharia de Telecomunicações, Comercial e Sistemas de Informação

A GLOBALEDA destaca-se sobretudo na área de Operação & Manutenção de redes, infraestruturas e equipamentos de telecomunicações, mantendo uma sólida relação de confiança com alguns dos principais operadores Nacionais de rede fixa e móveis por mais de 25 anos. Adicionalmente, a GLOBALEDA é reconhecida regionalmente pela sua competência na conceção, projeto, fornecimento e instalação de soluções chave-na-mão em telecomunicações, com especialização em redes de radiocomunicações móveis de emergência. Destacam-se projetos como a rede integrada de telecomunicações de emergência da RAA (RITERAA) ao serviço da Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, assim como várias redes de emergência municipais.

Somos também um dos agentes mais ativos a nível Nacional da VODAFONE.

No que concerne à área dos sistemas de informação esta tem sofrido uma forte retração e os resultados de 2023 refletem o cenário desafiador, com fortes constrangimentos relacionados com a incerteza de alguns projetos ao abrigo do PRR e do PO2030, e da incerteza provocada pela inflação e subida das taxas de juro, que originaram o adiamento de investimentos.

Para além dos fatores anteriormente citados, a concorrência no mercado regional, que já possui dimensões naturalmente reduzidas, viu um aumento considerável devido à influência da globalização e à generalização do trabalho remoto. O surgimento de novas empresas, sobretudo na área de sistemas de informação, contribuiu significativamente para esse cenário.

Na atual conjuntura regional, nacional e internacional, bem como na situação presente da GLOBALEDA, enfrentamos diversos e consideráveis desafios. Estes exigem que cada um de nós se proponha a fazer mais e melhor.

A superação destes desafios e a transformação em oportunidades, tal como já aconteceu no passado, só serão alcançadas com a participação e colaboração de todos. Desde os Acionistas aos Órgãos de Gestão e a todos os Trabalhadores.

É possível que, no desfecho, não alcancemos todos os resultados desejados. No entanto, é essencial recordar que as empresas sujeitas ao mercado enfrentam momentos desafiadores, estando prontos para explorar alternativas e oportunidades, se necessário.

Agradecemos o comprometimento de todos durante este período de transição e incerteza relembrando o lema que escolheram de que “O FUTURO FAZEMOS NÓS”.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Paulo Jorge da Costa André

Fábio Alexandre Costa

Maria Conceição Costa Pimentel V. Arruda

Enquadramento Macroeconómico e Setorial

O atual enquadramento económico mundial encontra-se fortemente marcado pelos efeitos da invasão da Ucrânia por parte da Rússia e pelas sanções aplicadas a esta pela União Europeia e Estados Unidos da América, a ser agravado com o conflito armado no Médio Oriente, com impacto em toda a economia mundial.

Em Portugal, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística, o Produto Interno Bruto registou um crescimento de 2,3% face a 2022. A procura interna apresentou um contributo positivo para a variação anual do PIB, embora inferior ao observado em 2022, verificando-se uma desaceleração ao nível do consumo privado e do investimento. O contributo da procura externa líquida também foi positivo, mas menos intenso que no ano anterior. Quanto à inflação, e de acordo com a mesma fonte, o valor registado no final do exercício de 2023 foi de 4,3%.

Na RAA o impacto da inflação reflete-se num retrocesso do cenário de retoma que vinha a ser seguido após a situação pandémica vivenciada desde 2020.

Vários fatores contribuíram para acentuar a incerteza, em 2023, na RAA. Em primeiro, o comportamento da inflação e o nível elevado das taxas de juro, decididas pelos Banco Centrais.

O segundo fator, com implicação direta no mercado onde a GLOBALEDA atua, centrou-se na utilização das verbas do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), o qual contém o eixo da “Transição Digital”.

Durante 2023, pese embora tenham sido cumpridas as “metas burocráticas”, o número de concursos lançados, no âmbito do PRR, foi muito reduzido. Foi ainda visível a dificuldade das entidades públicas na materialização e especificação dos cadernos de encargos.

Mesmo os poucos procedimentos concursais que foram lançados em 2023, utilizaram cadernos de encargos que se revelaram desadequados, quer ao nível das especificações técnicas, quer ao nível do preço base com que foram lançados.

Com a pouca experiência das entidades adjudicantes no desenho das especificações e com a inovação introduzida nos instrumentos de operacionalização do PRR, vários concursos públicos ficaram desertos e outros foram disputados por empresas que, mesmo com a reduzida pormenorização das especificações técnicas e com os preços base desadequados, decidiram assumir nas propostas um elevado nível de risco.

Neste sentido, a GLOBALEDA reuniu repetidamente, nos últimos anos, com as entidades públicas, procurando alertar para as consequências, potencialmente negativas, deste tipo de abordagem, sensibilizando-as para a necessidade de que o lançamento dos procedimentos concursais tenham por base cadernos de encargos com especificações técnicas consistentes e preços base adequados.

O terceiro fator, impactante na atividade da GLOBALEDA em 2023, centrou-se uma vez mais na baixa disponibilidade de investimento em Transição Digital, por parte das autarquias e empresas privadas, que optaram por aguardar pela regulamentação do Programa Operacional Açores 2030 (PO 2030).

O quarto fator teve origem externa à RAA e relaciona-se com a perturbação das cadeias logísticas, com implicação direta no estrangulamento dos fornecimentos, evidenciados na escassez de matérias-primas e bens intermédios, nos longos prazos de entrega e nos elevados custos de transporte. Estes constrangimentos têm penalizado a produção de diversos bens que incorporam tecnologia de informação e condicionaram a atividade da GLOBALEDA, ao nível da prestação de serviços que incorporam o fornecimento de equipamentos informáticos e/ou de telecomunicações, situação que obrigou a empresa a dilatar os prazos para a realização física dos projetos e a consequente realização financeira.

A incerteza do comportamento da inflação, e a evolução das guerras na Ucrânia e no Médio Oriente, não permitiram o anúncio de previsões animadoras, quanto à estabilização das cadeias logísticas, no curto prazo, porquanto tal só será possível quando se verificar o ajustamento entre a oferta e a procura.

Enquadramento Setorial

Ao nível dos sistemas de informação e telecomunicações, não há centros e periferias. Tal só depende do investimento em infraestruturas tecnológicas, na formação e na capacitação dos recursos humanos. Se a geografia penaliza o desenvolvimento da RAA, nestas áreas, este constrangimento é ultrapassável.

Em 2023, a GLOBALEDA, manteve o seu posicionamento como agente ativo na criação de necessidades, sensibilizando os decisores privados e públicos para a importância de monitorizarem e digitalizarem com detalhe os seus processos, desde os administrativos ou de produção, até aos financeiros, logísticos ou comerciais.

Focamo-nos em evidenciar o potencial dos Sistemas de Informação na capacitação das organizações públicas ou privadas, dotando-as com ferramentas que, não só facilitam a deteção de ineficiências, mas sobretudo agilizam os processos de decisão, para a sua otimização e para a aproximação e ligação ao cidadão e/ou cliente. Na prática, quisemos posicionar-nos como líderes regionais na área da automatização dos processos, na construção de plataformas de interação cliente / prestador de um serviço, ou naquilo a que se designa por “cuidado ao cidadão”.

Na área de Lojas e de Serviços de Comunicações, a GLOBALEDA atua como Agente Comercial VODAFONE, no setor das telecomunicações pessoais (particulares e empresarial). A empresa tem 6 Lojas VODAFONE Indiretas (LVI) e 3 Lojas GLOBALEDA próprias.

Em 2023, o enfoque continuou a ser no setor empresarial, como gerador comercial na criação de necessidades de soluções VODAFONE, ao nível da sensorização, monitorização e automação de processos.

A GLOBALEDA continua a ser o maior agente comercial VODAFONE nos Açores e a sua atividade, nesta parceria, é baseada na venda e comercialização de equipamentos e serviços de telecomunicações móveis e fixas.

Pese embora a concorrência de outros operadores, com as campanhas da VODAFONE, foi possível incrementar a atividade dos serviços prestados a empresas e particulares.

A relação de proximidade em todas as ilhas e o trabalho junto das Pequenas e Médias Empresas (PME), foi fundamental, e constitui uma mais-valia, para identificarmos as necessidades, e rapidamente oferecermos soluções que agilizem os processos industriais, comerciais e de serviço ao cidadão.

No caso das empresas, com a proliferação da sensorização, automação e toda a tecnologia de gestão à distância, a GLOBALEDA continuou a focar-se na divulgação de soluções *IoT*, junto de empresas e de entidades públicas, neste caso, em linha com o conceito de *Smart Island*.

Para tal, quisemos preparar os nossos colaboradores, dotando-os de conhecimentos técnicos para o desenvolvimento de projetos e para a identificação e criação de necessidades, junto dos nossos clientes e do mercado empresarial.

Procuramos melhorar continuamente o desempenho das nossas lojas. A satisfação dos nossos clientes, validada com a avaliação, muito positiva, do desempenho dos nossos colaboradores, por parte da VODAFONE, permitiu-nos a **manutenção da nossa “carteira”, com foco na criação de soluções tecnológicas**, que nos permitissem angariar novos negócios e novos clientes.

Somos considerados um dos melhores agentes VODAFONE do país, porque apostamos na estabilidade das nossas equipas. Com esta capacidade, queremos continuar a valorizar os nossos colaboradores, potenciando a vertente comercial de todas as áreas de negócio da GLOBALEDA, conscientes de que a adequada gestão dos recursos, e o rigor no controlo dos custos associados, são fundamentais para a sustentabilidade desta área de negócio e da GLOBALEDA.

O ano de 2023 foi marcado pela consolidação da tecnologia 5G, a qual trouxe oportunidades e benefícios para a sociedade portuguesa, incluindo maior velocidade e capacidade de conexão, suporte para aplicações avançadas, como realidade virtual e aumentada, e mais eficiência em

áreas como saúde, indústria e transporte. No contexto regional, a estratégia não foi exceção, estando já os centros urbanos da maioria das ilhas da RAA com a tecnologia disponível.

Apesar da tecnologia estar generalizada, as oportunidades comerciais em torno do 5G revelaram-se ainda inexpressivas, especialmente, devido aos atrasos generalizados nas candidaturas a programas de apoio financeiro nestas áreas, tais como os Bairros Digitais, Escolas Digitais, entre outros.

A área *core* das telecomunicações da GLOBALEDA (manutenção de infraestruturas de comunicações móveis) não foi, até à data, afetada pelo acordo de partilha das infraestruturas NOS e Vodafone na RAA, nem a alienação das suas infraestruturas aos dois grandes operadores internacionais de infraestruturas de telecomunicações em Portugal (Cellnex e Vantage Towers). Espera-se, no entanto que a Cellnex lance em 2024 um concurso a nível nacional para a respetiva prestação de serviços. Dado o historial e a boa prestação mantida ao longo dos últimos 25 anos, a GLOBALEDA encontra-se bem posicionada para a potencial continuidade destes serviços na RAA.

Na área das redes móveis privadas (*Land Mobile Radio - LMR*) manteve a sua tendência de desaceleração no segmento empresarial e de segurança pública a nível mundial e na RAA, devido ao agravamento dos constrangimentos nas cadeias de abastecimento (escassez de semicondutores) e no aumento generalizado dos preços. Na generalidade, os prazos de entrega, passaram de algumas semanas para vários meses. Esta condição, impactou de forma expressiva projetos contratualizados.

O setor de *LPWAN (Low-Power Wide-Area Network)* manteve a tendência de forte e consolidado crescimento a nível global. Conforme relatório da *IoT Analytics, State of the IoT – Summer 2023*, o mercado cresceu 16%, em relação a 2022, totalizando aproximadamente 16,7 biliões de ligações *IoT*. Na RAA a adoção continua praticamente inexpressiva, justificada sobretudo pelo processo moroso na preparação de candidaturas para obtenção de fundos de financiamento que potenciam o aproveitamento desta tecnologia, por parte de empresas e organizações do setor público.

No ano de 2023, verificou-se no setor dos Sistemas de Informação, especificamente na área de desenvolvimento aplicativo, que as iniciativas associadas à implementação do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) a nível regional estavam predominantemente direcionadas para o desenvolvimento de software low code. Por conseguinte, pondera-se a necessidade de capacitar a equipa ou explorar parcerias estratégicas para garantir que estejamos adequadamente preparados para enfrentar os desafios e aproveitar as vantagens oferecidas pelo desenvolvimento de software low code.

A GLOBALEDA continuou a concentrar-se na consolidação do conhecimento em diversas áreas ligadas à inovação digital, além do IoT, tais como computação em nuvem, big data, inteligência artificial, cibersegurança, blockchain, web 3.0, entre outras.

A GLOBALEDA possui competências abrangentes na consultoria, conceção, desenvolvimento, fornecimento, instalação, manutenção e monitorização de soluções informáticas robustas, ágeis e seguras. A empresa concentra-se na maximização da satisfação do cliente, garantindo a qualidade dos seus recursos humanos, a aplicação de metodologias ágeis na gestão de projetos e a criação de parcerias estratégicas e sólidas com os principais players tecnológicos mundiais. Destaca-se que a área de Sistemas de Informação é responsável pelo maior volume de negócios da empresa.

Atuamos numa área tecnológica complexa, extremamente competitiva e em constante evolução, onde os desafios dos clientes são permanentes, pelo que a Valorização e Capacitação dos nossos recursos humanos são fundamentais, pois são o ativo mais importante da GLOBALEDA.

Atividade

Em 2023, a atividade da GLOBALEDA, aferida pelo volume de negócios, incluindo outros rendimentos operacionais, registou uma variação positivo de 6%, comparativamente ao ano de 2022.

As prestações de serviços relacionadas com as tecnologias de informação e com as telecomunicações contribuíram para o volume de negócios em 45% e 20%, respetivamente. As vendas de equipamentos informático e de telecomunicações, telemóveis, acessórios de telemóveis e outros, foram responsáveis por cerca de 35% do volume de negócios.

(milhares de euros)

	2019	2020	2021	2022	2023	Variação 23/22 (%)
Vendas	1 189	963	808	523	1 459	179%
Prestação de Serviço	5 745	8 701	8 931	6 224	5 692	-9%
Outros Rendimentos	147	156	169	176	170	-3%
Total	7 081	9 820	9 908	6 923	7 321	6%

A atividade da GLOBALEDA, enquanto agente comercial Vodafone, apresentou um crescimento de 6% no ano de 2023.

O número total de ativações registou um aumento da atividade líquida de 1,7%, quando comparado com o ano de 2022. A análise dos valores relativos ao setor empresarial, aumentou 39,2% em relação a 2022. O número de ativações no setor residencial reduziu ligeiramente para 28 422, apresentando uma diminuição de 4,8% face ao ano anterior.

Nº ativações	2019	2020	2021	2022	2023	Variação 23/22 (%)
Actividade Líquida Residencial	24 924	20 463	22 257	29 844	28 422	-4,8%
Actividade Líquida Empresarial	5 274	5 252	5 651	5 173	7 200	39,2%
Total	30 198	25 715	27 908	35 017	35 622	1,7%

As prestações de serviço das Infraestruturas de Telecomunicações compreendem as atividades de conceção, projeto, fornecimento, instalação e manutenção de infraestruturas e equipamentos de telecomunicações e ascendem a 1 455 milhares de euros, verificando-se um aumento de 8% comparativamente ao valor registado no ano anterior. Apesar do incremento verificado, continuou a verificar-se um abrandamento no mercado das telecomunicações e por conseguinte uma redução na procura de serviços na área das telecomunicações, bem como ao adiamento da conclusão dos projetos em curso por via das perturbações verificadas nos fornecimentos de matérias-primas e bens intermédios a incorporar nos referidos projetos, obrigando a empresa a dilatar os prazos de entrega ao cliente, com impacto na realização económica e financeira.

No segmento das vendas de equipamentos de telecomunicações verificou-se um aumento expressivo (622%) devido à venda de equipamentos de Rede WAN/LAN, objeto de Concurso Público Internacional.

As prestações de serviços na área de Sistemas de Informação compreendem as atividades de consultoria, conceção, desenvolvimento, fornecimento, instalação, implementação, manutenção e monitorização e ascenderam a 3 324 milhares de euros, verificando-se uma diminuição de 17% comparativamente ao valor registado em 2022. As vendas de equipamento informático apresentaram um aumento de 31% face a 2022. No entanto, os rendimentos associados à área dos Sistemas de Informação continuam a ter a maior representatividade no Volume de negócios da Empresa, com cerca 51%.

A GLOBALEDA possui o Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança (SGQAS), segundo os referenciais NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001 e NP EN ISO 45001. Durante

o ano de 2023 a aplicação do SGQAS permitiu reforçar a eficiência da organização, o desenvolvimento das competências dos trabalhadores e da empresa e, desse modo, a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados.

(milhares de euros)

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Varição 23/22 (%)	Estrutura 2023 (%)
Móveis	1 090	1 085	1 064	1 043	1 102	1 144	4%	16%
Vendas Equipamentos Móveis	74	65	102	82	70	62	-12%	1%
Comissões e Outros Serviços	871	873	807	792	856	912	7%	12%
Outros Rendimentos	145	147	155	169	176	170	-3%	2%
Infraestruturas de Telecomunicações	1 931	1 690	1 917	1 863	1 479	2 437	65%	33%
Venda equipamentos Telecomunicações	225	366	331	377	136	982	622%	13%
Prestação Serviço equipamentos Telecomunicações	1 706	1 324	1 586	1 486	1 343	1 455	8%	20%
Sistemas de Informação	3 190	4 306	6 839	7 002	4 342	3 740	-14%	51%
Venda equipamentos Sistemas de Informação	284	758	531	349	317	415	31%	6%
Prestação Serviço Sistemas de Informação	2 906	3 548	6 308	6 653	4 025	3 324	-17%	45%
Total	6 211	7 081	9 820	9 908	6 923	7 321	6%	100%

Recursos Humanos

No final de 2023 a GLOBALEDA contava com 85 colaboradores ativos com vínculo à empresa. Existem ainda mais 4 trabalhadores que se encontravam requisitados por outras entidades. Para além destes, existem 10 trabalhadores, oriundos da EDA, em regime de cedência.

Recursos Humanos (*)	2019	2020	2021	2022	2023	Varição 23/22 (%)
Órgãos de Gestão	2	2	3	3	1	-66,7%
Quadros Superiores	20	25	27	23	21	-8,7%
Contratos sem termo	12	24	26	23	21	-8,7%
Contratos a termo	8	1	1	0	0	-
Quadros Técnicos	60	61	60	59	55	-6,8%
Contratos sem termo	47	56	57	56	55	-1,8%
Contratos a termo	13	5	3	3	0	-100,0%
Administrativos e Apoio	9	9	9	9	8	-11,1%
Contratos sem termo	9	9	9	9	8	-11,1%
Contratos a termo	0	0	0	0	0	-
Total Pessoal	91	97	99	94	85	-9,6%
Quadro Permanente	70	91	95	91	85	-6,6%
Contratos a termo	21	6	4	3	0	-100,0%
Pessoal EDA - Cedido	10	10	11	11	10	-9,1%
Total	101	107	110	105	95	-9,5%
Gastos com Pessoal (mil euros)	2 323	2 557	2 764	2 845	2 639	-7,2%
variação anual (%)	13,7%	10,1%	8,1%	2,9%	-7,2%	
Gastos com Pessoal Cedido (mil euros)	690	560	650	685	671	-2,0%
Gastos Totais (mil euros)	3 013	3 117	3 414	3 530	3 310	-6,2%
Custo medio anual (mil euros)	30	29	31	34	35	3,6%

(*) Numero de trabalhadores ao serviço em 31 de Dezembro

No ano de 2023, os encargos com o pessoal ascenderam o valor de 2 639 milhares de euros, menos 7,2% quando comparado com igual período de 2022.

A GLOBALEDA tem trabalhadores nas ilhas de São Miguel, Terceira, São Jorge, Pico e Faial, e em Lisboa, garantindo uma cobertura quase integral na RAA, com competências técnicas nas diferentes áreas de serviço, para além da atividade de agente comercial Vodafone.

Ilha	2019	2020	2021	2022	2023	Variação 23/22 (%)
S. Miguel	66	70	74	68	64	-5,9%
Sta. Maria	1	0	0	0	0	0,0%
Terceira	9	12	10	10	8	-20,0%
S. Jorge	2	2	2	3	2	-33,3%
Pico	4	4	4	4	3	-25,0%
Faial	5	5	5	5	5	0,0%
Açores	87	93	95	90	82	-8,9%
Lisboa	4	4	4	4	3	-25,0%
Total	91	97	99	94	85	-9,6%

A este quadro de pessoal está associado um conjunto de competências fundamentais para o desenvolvimento das atividades da GLOBALEDA.

Qualificações Profissionais	2019	2020	2021	2022	2023	Variação 23/22 (%)
Quadros Superiores	22	27	30	26	22	-15,4%
Técnicos Manutenção	14	14	17	13	13	0,0%
Técnicos Informática	15	14	10	13	13	0,0%
Técnicos Comerciais	31	33	33	33	29	-12,1%
Técnicos Administrativos	9	9	9	9	8	-11,1%
Total	91	97	99	94	85	-9,6%

A empresa promove uma cultura de serviço assente no conhecimento e no envolvimento de todos os seus trabalhadores, de modo a garantir a integração, a partilha e a responsabilidade pela criação de valor para a empresa, para os clientes e para os acionistas.

A valorização profissional através do reconhecimento do desempenho, a par da formação e da integração em projetos desafiantes, reconhecidos pelos nossos clientes pela forma como

colaboramos e acrescentamos valor, são fatores de motivação de gratificação e de diferenciação da empresa no mercado.

A certificação do SGQAS ao nível da segurança, permitiu mitigar o risco para todos aqueles que connosco trabalham, através de formação adequada ao nível das melhores práticas internacionais.

Evolução Económica e Financeira

De seguida é apresentada a Demonstração dos resultados, que reflete o desempenho económico obtido nos anos de 2023 e 2022, além da variação de resultados, em termos de valor e em percentual.

(milhares de euros)

Demonstração Resultados	2023	2022	Variação 23/22	Variação 23/22 (%)
Rendimentos e Gastos				
Vendas e serviços prestados	7 151	6 747	404	6%
Subsídios à exploração	3	-	3	-
Trabalhos para a própria entidade	2	12	-11	-86%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(1 326)	(430)	895	208%
Fornecimentos e serviços externos	(3 845)	(3 556)	288	8%
Gastos com o pessoal	(2 639)	(2 845)	-206	-7%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-	9	-9	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	(2)	-	2	-
Outros rendimentos e ganhos	165	155	10	7%
Outros gastos e perdas	(133)	(11)	122	1152%
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(624)	81	(705)	-868%
Gastos /reversões de depreciação e de amortização	(107)	(134)	-27	-20%
Resultado operacional (antes de gastos financiamentos e impostos)	(731)	(53)	(679)	-1288%
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	0	-
Juros e gastos similares suportados	(8)	(8)	0	3%
Resultado antes de impostos	(740)	(61)	(678)	-1108%
Imposto sobre o rendimento do período	104	6	98	1611%
Resultado líquido do período	(635)	(55)	(580)	-1052%

Análise dos Rendimentos e Gastos Operacionais

Em 2023, o resultado líquido da GLOBALEDA foi negativo em cerca de 635 milhares de euros, superior em 580 milhares de euros, quando comparado com o período homólogo.

Os Rendimentos Operacionais da empresa resultam das Vendas de equipamentos, Prestações de Serviços, e Outros Rendimentos e Ganhos relacionados com a comercialização de comunicações móveis e equipamentos, enquanto agente Vodafone, da prestação de serviços na área das Infraestruturas de Telecomunicações e de Sistemas de informação.

Em 2023, os proveitos operacionais atingiram o montante de 7 321 milhares de euros, menos 6% do que no período anterior (6 923 milhares de euros).

(milhares de euros)

	2019	2020	2021	2022	2023	Varição 23/22 (%)	Estrutura 2023 (%)
Vendas	1 189	963	808	523	1 459	179%	20%
Prestação de Serviço	5 745	8 701	8 931	6 224	5 692	-9%	78%
Subsídios à Exploração	0	4	9	0	3	-	0%
Outros Rendimentos	147	152	160	176	167	-5%	2%
Total	7 081	9 820	9 908	6 923	7 321	6%	100%

Em 2023, a faturação relacionada com a comercialização de comunicações móveis, de equipamentos de telecomunicações e informática representou 35% do Volume de negócios, considerando os rendimentos suplementares, enquanto a faturação relacionada com o projeto, instalação e manutenção de infraestruturas de comunicações representou 20% e a faturação referente aos Sistemas de informação 45%.

As prestações de serviços totalizaram 5 692 milhares de euros e registam uma redução de 9% em relação a 2022. Este valor é resultado da estagnação verificada ao nível do lançamento de novos procedimentos concursais e no adiamento de tomada de decisão às propostas

(milhares de euros)

	2019	2020	2021	2022	2023	Varição 23/22 (%)
Vendas	1189	963	808	523	1459	179%
Vendas Equipamentos Moveis	65	102	82	70	62	-12%
Venda equipamentos Telecomunicações	366	331	377	136	982	622%
Venda equipamentos Sistemas de Informação	758	531	349	317	415	31%
Prestação de Serviço	5745	8701	8931	6224	5692	-9%
Comissões e Outros Serviços	873	807	792	856	912,4	7%
Infraestruturas de Telecomunicações	1324	1586	1486	1343	1455	8%
Sistemas de Informação	3548	6308	6653	4025	3324	-17%
Subsidio à Exploração	0	4	9	0	3	-
Subsidio à Exploração	0	4	9	0	3	-
Trabalhos para a própria entidade	0	0	0	12	2	-83%
Acti.Fixos Curso-FSE	0	0	0	12	2	-83%
Reversões de Imparidades de Clientes	5	0	1	9	0	-100%
Reversões de imparidades de Clientes	5	0	1	9	0	-100%
Outros Rendimentos	142	152	159	155	165	6%
Outros Rendimentos Operacionais	142	152	159	155	165	6%
Total	7 081	9 820	9 908	6 923	7 321	6%

Os gastos operacionais em 2023 ascenderam a 8 052 milhares de euros, no ano anterior este valor foi de 6 976 milhares de euros, o que corresponde a um incremento de 15%.

(milhares de euros)

Gastos Operacionais	2019	2020	2021	2022	2023	Variação 23/22 (%)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	891	860	615	430	1 326	208%
Fornecimentos e serviços externos	3 331	5 393	6 305	3 556	3 845	8%
Gastos com o pessoal	2 323	2 557	2 764	2 845	2 639	-7%
Amortizações	87	103	167	134	107	-20%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	8	-	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-	-	-	-	2	-
Outros gastos e perdas	10	19	14	11	133	1152%
Total	6 650	8 932	9 865	6 976	8 052	15%

O aumento verificado no Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (896 milhares de euros) está relacionado com a venda de equipamentos de rede WAN/LAN, objeto de Concurso Público Internacional

Os gastos com Fornecimentos e Serviços Externos, no montante de 3 845 milhares de euros, representaram 48% dos gastos operacionais, estando contemplado nestes gastos, os custos afetos a projetos de telecomunicações e sistemas de informação, e os gastos com os trabalhadores cedidos pela EDA. O aumento verificado de 8% está relacionado com regularizações efetuadas aquando do fecho dos projetos, nomeadamente o aumento da subcontratação de serviços externos para incorporar nos serviços prestados pela empresa, com maior incidência na área dos sistemas de informação.

Os Gastos com pessoal representam 33% dos gastos operacionais (2 639 milhares de euros). A redução de 7% dos gastos com pessoal em 2023 é resultado da recomposição do Conselho de Administração em março 2023 e da redução do número de trabalhadores com vínculo à empresa, que compensou parcialmente o aumento por via da atualização salarial negociada com os sindicatos em 2023.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis totalizaram 1047 milhares de euros, menos 20% do que em 2022, em virtude de as aquisições de ativos fixos terem sido diminutas.

Evolução da Posição Financeira

O Balanço da GLOBALEDA para 2023 e 2022, que ilustra a posição financeira e a estrutura de capitais da empresa é apresentado no quadro seguinte.

(milhares de euros)

BALANÇO	2023	2022	Variação 23/22	Variação 23/22 (%)
ATIVO NÃO CORRENTE	1 019	1 003	16	2%
Ativos fixos tangíveis	870	955	-85	-9%
Ativos intangíveis	11	19	-9	-
Outros investimentos financeiros	21	20	1	6%
Ativos por impostos diferidos	117	9	109	-
ATIVO CORRENTE	5 210	6 235	-1 025	-16%
Inventários	214	94	119	127%
Clientes	2 118	3 078	-960	-31%
Estado e outros entes públicos	15	36	-21	-58%
Outros créditos a receber	1 735	872	863	99%
Diferimentos	732	1 066	-334	-31%
Caixa e depósitos bancários	397	1 090	-693	-64%
TOTAL DO ATIVO	6 229	7 238	-1 010	-14%
CAPITAL PROPRIO	3 226	3 861	-635	-16%
Capital subscrito	300	300	0	0%
Reservas legais	64	64	0	0%
Outras reservas	501	501	0	0%
Resultados transitados	2 996	3 051	-55	-2%
Resultado líquido do período	-635	-55	-580	1053%
PASSIVO CORRENTE	3 002	3 377	-374	-11%
Fornecedores	1 975	2 042	-67	-3%
Estado e outros entes públicos	65	362	-297	-82%
Outras dívidas a pagar	609	496	113	23%
Diferimentos	354	477	-123	-26%
TOTAL DO PASSIVO	3 002	3 377	-374	-11%
TOTAL DO CAPITAL PROPRIO E PASSIVO	6 229	7 238	-1 010	-14%

O Ativo líquido na GLOBALEDA no final de 2023 ascendeu a 6,2 milhões de euros, menos 1 milhão de euros que no final de 2022. O Ativo não corrente, que representava 16% do ativo total, ascendeu a um milhão de euros, equivalente ao valor do ano transato.

Em termos de Ativo corrente, destaca-se a diminuição nos créditos e outras contas a receber e nas disponibilidades da empresa, em relação ao mesmo período de 2022.

O valor dos capitais próprios da GLOBALEDA, no montante de 3,2 milhões de euros, evidenciam uma redução de 16%, quando comparado com o apurado no ano de 2022, que decorre do prejuízo apurado no período e pela aplicação em Resultados transitados do prejuízo apurado no período anterior.

Ao nível do Passivo corrente, a redução de 11% resulta essencialmente da diminuição das obrigações fiscais ao Estado.

Indicadores Económico – Financeiros

Indicadores	2019	2020	2021	2022	2023
Volume de Negócios (m€)	6934	9664	9739	6747	7151
Varição Anual (%)	14%	39%	1%	-31%	6%
Custos Operacionais (m€)	6642	8932	9865	6976	8052
Varição Anual (%)	22%	34%	10%	-29%	15%
EBITDA (EBIT + Amortizações) (m€)	522	990	210	81	-624
EBIT (Resultado Operacional) (m€)	436	886	43	-53	-731
Resultado Líquido	345	714	25	-55	-635
Capitais Próprios (m€)	3721	4262	3929	3861	3226
Liquidez Geral (%)	298%	278%	185%	185%	174%
Ativo Corrente/Passivo Corrente					
Autonomia Financeira (%)	71%	70%	57%	53%	52%
Capital Próprio/Ativo Líquido					
Solvabilidade	247	230	114	114	107
Capital Próprio/Capital Alheio					
Solvabilidade Total (N)	3,47	3,30	2,33	2,14	2,07
Ativo Líquido/Passivo Total					
Rentabilidade Líquida (%)	4,9%	7,4%	0,3%	-0,8%	-8,9%
Resultado Líquido / Volume de Negócios					

Perspetivas

Segundo as previsões económicas de inverno 2024 da Comissão Europeia (CE), e na sequência do ténue crescimento registado em 2023, a economia da UE entrou em 2024 em piores condições do que o previsto no outono. As previsões intercalares do inverno da Comissão Europeia reveem o crescimento, em 2024, de 0,9 % na UE e de 0,8 % na área do euro. Prevê-se, contudo, uma recuperação gradual da atividade económica durante 2024, após um início do ano fraco.

À medida que a inflação continua a diminuir, o crescimento dos salários reais e um mercado de trabalho resiliente deverão contribuir para a recuperação do consumo. Apesar da queda das margens de lucro, o investimento deverá beneficiar de uma flexibilização gradual das condições de crédito e da continuação da execução do Mecanismo de Recuperação e Resiliência. Além disso, o comércio com parceiros de fora da UE deverá normalizar-se, após o fraco desempenho obtido no ano passado. Prevê-se que o ritmo de crescimento deverá estabilizar a partir do segundo semestre de 2024

Os resultados da inflação inferiores ao previsto nos últimos meses, a diminuição dos preços das matérias-primas energéticas contribuíram para uma descida mais acentuada da inflação do que o previsto nas previsões do outono. A curto prazo, contudo, a supressão das medidas de apoio à energia em todos os Estados-Membros e o aumento dos custos de transporte na sequência de perturbações do comércio no Mar Vermelho deverão exercer algumas pressões no sentido do aumento dos preços, no entanto, não se espera que vá prejudicar o processo de redução da inflação.

Na RAA os próximos anos continuarão a ser marcados pela implementação do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e do Programa Operacional Açores (PO-A) 2030.

Com especial enfoque na Administração Pública Regional, estas fontes de investimento aportam condições muito especiais para as empresas tecnológicas sediadas na Região, mas também riscos acentuados quanto à capacidade de captação desses negócios, porquanto o tecido empresarial tecnológico, nos Açores, é caracterizado por empresas de reduzida dimensão.

É nesse sentido, que a criação de parcerias, entre empresas regionais e nacionais, assume um papel fulcral na capacidade de assegurar a retenção na RAA de parte significativa das verbas disponíveis, bem como, de retenção e capacitação de conhecimento especializado.

A GLOBALEDA, consciente desta realidade, pretende posicionar-se como um agente ativo, consolidando a estratégia iniciada em 2022, em três vertentes distintas. Em primeiro lugar, comprometemo-nos a oferecer soluções digitais alinhadas com os objetivos e financiáveis pelo PRR. Além disso, procuramos ser um parceiro credenciado para prestar consultoria e apoio tanto à Administração Pública como às empresas locais, auxiliando na identificação dos melhores serviços e soluções tecnológicas para impulsionar a transição digital. Por último, estamos prontos para assumir o papel de parceiro tecnológico em projetos de investigação e desenvolvimento financiados pelo PRR, contribuindo assim para o avanço tecnológico e o crescimento sustentável da região.

Os objetivos estratégicos delineados pelo Conselho de Administração para os próximos três anos são os seguintes:

Reforçar a solidez e a sustentabilidade financeira;

Aprimorar os índices de satisfação e confiança dos clientes;

Ampliar o valor de mercado da empresa; e

Estimular o desenvolvimento dos nossos colaboradores.

Para a concretização desta estratégia, a GLOBALEDA definiu as seguintes áreas de atuação no mercado onde a empresa se situa:

Cuidado ao cidadão - Digitalizar e automatizar processos

A GLOBALEDA tem como objetivo posicionar-se como líder regional tanto na área da automatização dos processos quanto na vertente conhecida como “cuidado ao cidadão”. Desde o desenvolvimento ou redesenho de processos até à implementação de soluções de sensorização em edifícios e infraestruturas, à otimização da mobilidade empresarial e das equipas, à criação de presenças online interativas, à promoção da telemedicina e teleassistência, e ao envolvimento estratégico dos cidadãos, pretendemos desempenhar um papel ativo na sensibilização dos decisores do setor privado e público para a importância da automatização e simplificação dos seus processos. Sejam processos administrativos, de produção, financeiros, logísticos ou comerciais, destacaremos o potencial da digitalização e da automatização na aceleração da tomada de decisões, na redução de riscos e na promoção da conformidade e governança eficazes de processos, pessoas e dados.

Adicionalmente, a GLOBALEDA visa contribuir para a desburocratização, a maior celeridade na resposta, a otimização dos diferentes recursos, humanos e tecnológicos, e a maior transparência da atuação dos diferentes organismos e seus responsáveis, com foco na crescente disponibilidade de serviços e na maior proximidade e satisfação dos cidadãos. Para tal, quer dotá-los do potencial quase inesgotável das tecnologias de informação, ajudando-os a encontrar as melhores soluções disponíveis para o tratamento de grandes volumes de dados (*Big Data*), a robotização de processos (RPA) e a incorporação de tecnologias de aprendizagem, como o *Machine Learning* e a Inteligência Artificial.

Capacitar, valorizar e reter *know-how*

O conhecimento é a chave do sucesso de uma empresa ou região. O investimento na educação e na capacitação técnica dos jovens açorianos é estratégico para aproveitarmos as oportunidades que o mercado regional reivindica, bem como para o reforço e consolidação da

competitividade das empresas regionais nos diferentes setores de atividade, quer a nível nacional quer mesmo a nível internacional.

Para tal, a GLOBALEDA tem celebrado, e irá continuar esta estratégia, contratos e protocolos, de cariz tecnológico, com diferentes Universidades e estabelecimentos de ensino, regionais e nacionais.

Estas parcerias tecnológicas têm como objetivo: criar e reter *know-how* na GLOBALEDA e nos Açores.

Reforçar as parcerias tecnológicas

A GLOBALEDA, ao longo dos anos da sua existência, tem sido uma espécie de laboratório e escola para a vulgarização da tecnologia de ponta.

Esta estratégia tem permitido envolver parceiros regionais e do exterior, com o objetivo de construir as melhores soluções para o mercado regional e nacional.

A amplitude de áreas de intervenção, com diferentes graus de exigência de conhecimento e especialização, bem como a escassez de recursos humanos qualificados, face à procura que se verifica no mercado, reforçam a necessidade da celebração de parcerias tecnológicas que permitam entregar a melhor solução disponível.

Gerir as “Smart Islands”

A GLOBALEDA, reconhecida na região pela sua experiência em engenharia e construção de redes de rádio, como as redes de radiocomunicações da Proteção Civil e várias redes privadas de autarquias locais, tem como objetivo ampliar esse conhecimento.

Pretendemos aplicá-lo no desenvolvimento de soluções e na oferta de serviços para a gestão das comunidades, incentivando a adoção do conceito de “cidades inteligentes” (Smart Cities)

integradas numa abordagem mais ampla de “Smart Islands”. O nosso objetivo é desempenhar um papel ativo no fornecimento de soluções que fortaleçam a ligação entre os cidadãos e as suas cidades, concelhos ou ilhas

Promover a Consultoria Tecnológica e Estratégica

Como empresa sediada na RAA, conhecedora do mercado regional, queremos ter um papel fulcral na definição da estratégia para a integralidade das medidas e ações a desenvolver pelo Governo dos Açores, no âmbito da modernização da Administração Pública Regional, de forma a assegurar transparência, complementaridade, simplicidade, univocidade e comodidade nos canais e formas de relacionamento das Entidades Públicas com o Cidadão.

Proposta de Aplicação de Resultados

De acordo com a alínea j) do artigo 16.º dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração propõe aos senhores acionistas que o Resultado Líquido negativo apurado no exercício, no montante de 635 202,82 euros (seiscentos e trinta e cinco mil e duzentos e dois euros e oitenta e dois cêntimos), seja transferido para Resultados Transitados.

Ponta Delgada, 19 de março de 2024

O Conselho de Administração

Assinado por: **Paulo Jorge da Costa André**
Num. de Identificação: 10291841
Data: 2024.03.19 11:15:12-01'00'

Paulo Jorge da Costa André

Assinado por: **Fábio Alexandre Costa**
Num. de Identificação: 12944359
Data: 2024.03.19 11:01:09-01'00'

Fábio Alexandre Costa

Assinado por: **Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda**
Num. de Identificação: 06566433
Data: 2024.03.19 10:37:34-01'00'

Maria Conceição Costa Pimentel V. Arruda

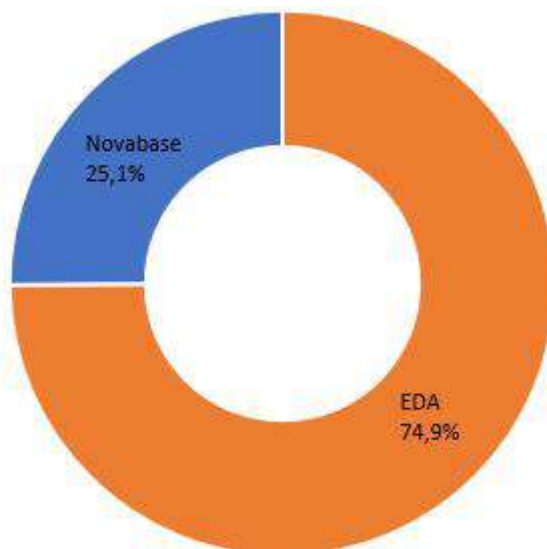
Informação sobre a Sociedade e Órgãos Sociais

A GLOBALEDA é uma empresa pública que integra o sector público empresarial da Região Autónoma dos Açores. É-lhe aplicável o regime aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008 /A, de 24 de março. De acordo com o art.º 16.º daquele diploma, os relatórios anuais das empresas públicas regionais, além dos elementos que caracterizam as respetivas situações económicas e financeiras, deverão conter um conjunto de informações que de seguida se explicitam.

Estrutura acionista

O capital social da GLOBALEDA, no montante de 300 milhares de euros, é representado por 60 000 ações, com o valor nominal de 5 euros cada.

A repartição do capital por investidor da estrutura acionista da GLOBALEDA a 31 de dezembro de 2022 é a seguinte:



Orientações Estratégicas

As orientações estratégicas aplicáveis à GLOBALEDA, S.A. estão vertidas nas propostas de Plano Plurianual e do Orçamento que, anualmente, a Assembleia Geral aprova. O referido documento é publicado no site da empresa em www.globaleda.pt, na seção Documentos Institucionais.

Estrutura e Composição dos Órgãos Sociais

O Governo Societário da empresa, de acordo com n.º 1 do art.º 7.º do pacto social, tem a seguinte configuração: Assembleia Geral, Conselho de Administração e Fiscal Único.

Os Órgãos Sociais para o triénio 2021/2023 foram eleitos em Assembleia Geral realizada no dia 26 de março de 2021 e objeto de recomposição na Assembleia Geral de 31 de março de 2023. A composição durante o ano de 2023 e até à data da aprovação das contas, foi a seguinte:

Conselho de Administração

Presidente: Paulo Jorge da Costa André (eleito a 31 de março de 2023)

Jorge Manuel de Almada Macedo (até 31 de março de 2023)

Administrador: Fábio Alexandre Costa

Administrador: Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda (eleita a 31 de março de 2023)

Vitor Manuel de Jesus Francisco da Costa (até 31 de março de 2023)

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: María del Carmen Gil Marín

Secretário: José Emanuel Lopes Fernandes

Fiscal Único

Efetivo: UHY - OLIVEIRA, BRANCO & ASSOCIADOS, SROC, Lda., representada por
Manuel Luís Fernandes Branco, ROC n.º 652

Suplente: António Tavares da Costa Oliveira, ROC n.º 656.

Principais Elementos Curriculares de cada um dos Membros do Órgão de Gestão e Administração

Paulo Jorge da Costa André: Licenciado em Engenharia Eletrotécnica e de Computadores, Ramo de Energia e Sistemas pelo Instituto Superior Técnico, em 1999. Pós-Graduação em Ambiente, Saúde e Segurança pela Universidade dos Açores, em 2005. Administrador Executivo da EDA entre março de 2021 e junho de 2023. Diretor de Construção de Infraestruturas e Equipamentos da EDA entre 2015 e 2021. Chefe de Departamento de Construção de Equipamentos de Produção da EDA de 2006 a 2015. Gestor de Projeto na EDA de 2004 a 2006. Quadro Superior de Engenharia na Direção de Produção da EDA entre 2001 e 2003. Técnico Comercial da SEGMA de 1999 a 2000. Acumula a atual função com os cargos de Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da EDA – Electricidade dos Açores, S.A., desde junho de 2023, e de Presidente do Conselho de Administração da EDA Renováveis, S.A., desde junho de 2023.

Jorge Manuel de Almada Macedo: Licenciado em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, em 1986. No mesmo ano foi Bolseiro de Investigação do Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial (LNETI) no Porto. Frequentou os cursos de Auditor, Planeamento e Custos da Qualidade e o curso da Norma ISO 9001. Técnico Superior da Eletricidade dos Açores desde 1987. Foi o responsável da EDA de vários projetos, nomeadamente o aproveitamento da Energia das Ondas na Ilha do Pico e a construção e remodelação de centrais hidroelétricas. De 1991 a 1992, foi Adjunto do Diretor do Centro de Estudos de Energias Alternativas, da EDA. Diretor Regional da Indústria e Energia, do Governo da RAA de 1990 a 1992. Diretor Regional da Juventude, do Governo da RAA de 1992 a 1996. De 1991 a 1996, foi Presidente do INOVA - Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores. Coordenador do Gabinete de Gestão da Qualidade e Ambiente da EDA de 1997 a 2004, coordenando igualmente o Sistema da Gestão da Qualidade da GLOBALEDA e o Sistema de Gestão de Processos (SGP), da EDA. De 2000 a 2004, foi Vice-Presidente da APQ – Associação Portuguesa da Qualidade. Foi empresário na área da Saúde e Bem-estar de 2002 a 2010. Em 2004 foi eleito Deputado na Assembleia Legislativa da RAA, até 2016, regressando nesse ano à EDA. Desde 26 de março de 2021, é Presidente do Conselho de Administração da GLOBALEDA.

Fábio Alexandre Costa: Licenciado em Engenharia Eletrotécnica e de Computadores, ramo Telecomunicações e Eletrónica pelo Instituto Superior Técnico, no ano letivo de 2001/02. Integrou na GLOBALEDA em 2002, em 2004 foi nomeado Coordenador Departamento de Manutenção Infraestruturas Móveis da GLOBALEDA e em setembro 2013 foi nomeado Diretor Técnico do mesmo departamento. Foi Coordenador do Colégio de Engenharia Eletrotécnica da Secção Regional dos Açores da Ordem dos Engenheiros. Em outubro de 2019 foi nomeado Vogal do Conselho de Administração da GLOBALEDA, até a esta data.

Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda: Licenciada em Organização e Gestão de Empresas pela Universidade dos Açores. Administradora Executiva desde 31 de março de 2023. Gerente da SEGMA entre 4 de fevereiro de 2021 e 31 de março de 2023. Funções na EDA: Administradora Executiva desde 4 de fevereiro desde 2021. Diretora de Finanças e Seguros desde 2013; Coordenadora do Gabinete de Auditoria Interna de 1/1/2010 a 11/7/ 2013; Coordenadora do Grupo de Atividades de Gestão Financeira e Seguros de janeiro de 2001 até 31 de dezembro de 2009; Técnica Superior, com funções técnicas no Centro de Exploração de São Miguel e na Direção de Estudos e Desenvolvimento (Investimentos) de 1996 a 2000 e com funções técnicas no Departamento Central de Coordenação Económica (Planeamento) de 7 setembro de 1987 até 17 de janeiro de 1991. Na Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas, foi Diretora Regional da Habitação de 2 de dezembro de 1994 até outubro de 1996 e Diretora do Gabinete de Organização e Gestão Financeira de 18 de janeiro de 1991 até 1 de dezembro de 1994.

Vitor Manuel de Jesus Francisco da Costa: De 1988 a 1991, como Bacharel exerceu funções como preparador / planeador da TAP Air Portugal. Ingressou na EDA, no Departamento Central de Produção, no Serviço Manutenção em 1991. De 1992 a 1993 foi membro da equipa de projeto para a seleção do sistema informático para a gestão da manutenção. De 1994 a 1998 foi responsável pela área de gestão de stocks dos armazéns da EDA. Em 1999 foi nomeado responsável do Gabinete de Recursos Humanos. Nesse mesmo ano, até 2005, foi responsável pelo Gabinete de Sistemas de Informação da EDA. De 2006 a 2015 exerceu as funções de Diretor de Aprovisionamentos da EDA. De 2015 a 2018, foi responsável pela Direção de Sistemas de informação e Comunicações, acumulando de 2015 a 2017 a Direção de Auditoria Interna da EDA. De 2018 a 2020, foi nomeado vogal do Conselho de Administração das empresas do Grupo SATA

(SATA-Sociedade de Transportes Aéreos, S.G.P.S., S.A., SATA Air Açores - Sociedade de Transportes Aéreos, S.A., SATA Internacional - Azores Airlines, S.A., SATA - Gestão de Aeródromos, S. A.. Em 2020 é nomeado Assessor do Conselho de Administração da EDA. Desde 26 de março de 2021, é Administrador do Conselho de Administração da GLOBALEDA.

Remunerações dos Órgãos Sociais

As remunerações dos Órgãos Sociais foram fixadas pela Assembleia Geral em 26 de março de 2021, que determinou para o mandato 2021/2023 as seguintes remunerações e benefícios sociais:

Presidente do Conselho de Administração - A componente fixa de remuneração mensal líquida, a processar 14 vezes por ano, é de 5.657,30 € (cinco mil, seiscentos e cinquenta e sete euros e trinta cêntimos), sobre a qual incidem as reduções remuneratórias aplicáveis bem como os outros descontos legais em vigor;

Administrador - A componente fixa de remuneração mensal líquida, a processar 14 vezes por ano, é de 5 546,37 € (cinco mil, quinhentos e quarenta e seis euros e trinta e sete cêntimos), sobre a qual incidem as reduções remuneratórias aplicáveis bem como os outros descontos legais em vigor.

Com a recomposição do Conselho de Administração ocorrida em 31 de março de 2023, a Assembleia Geral alterou as remunerações anteriormente fixadas, tendo deliberado:

O Presidente do Conselho de Administração e a Administradora Executiva não sejam remunerados pelo exercício destas funções, atendendo a que são remunerados pela EDA, enquanto o Administrador Fábio Alexandre Costa, tenha a componente fixa da remuneração mensal líquida, a processar 14 vezes por ano, no mesmo montante anteriormente já fixado para este triénio para os Administradores Executivos, isto é, de 5.546,37 € (cinco mil, quinhentos e quarenta e seis euros e trinta e sete cêntimos).

Os valores remuneratórios brutos e outros encargos dos Órgãos Sociais no ano de 2023 correspondem a:

Orgão de Gestão		Remunerações Brutas	Benefícios Sociais e Encargos	Total
Orgão de Gestão Executivo 1	*	32 979,47 €	8 242,11 €	41 221,58 €
Orgão de Gestão Executivo 2	*	31 494,56 €	8 122,60 €	39 617,16 €
Orgão de Gestão Executivo 3		73 766,70 €	19 468,69 €	93 235,39 €

* Termo a 31/03/2023

Indicação do Número de Reuniões do Órgão de Gestão e Administração com Referência Sucinta às Matérias Versadas

De acordo com os estatutos da empresa o Conselho de Administração (CA) reúne com a periodicidade que ele próprio determinar e sempre que for convocado pelo seu presidente ou por dois administradores. Durante o ano de 2023 o CA realizou 11 (onze) reuniões para aprovar 80 Deliberações (DL) sobre os assuntos relativos à gestão estratégica e corrente da sociedade. Para cada reunião do CA foi elaborada uma ata com as deliberações relativas aos assuntos tratados.

Na primeira reunião, a 27 de janeiro, entre outras decisões, ocorreu a aprovação do Código de Conduta da empresa, o qual corresponde ao adotado pela casa mãe e pelas outras empresas do Grupo Eda. Foi aprovado o orçamento de tesouraria para o primeiro trimestre e autorizados os abates por alienação de 2 viaturas. Foi contratualizada uma consultoria jurídica à execução do contrato de “Prestação de Serviços de Implementação das Tecnologias IA-SAP”. Perante a renúncia do contabilista certificado e foi designado o seu substituto. Mereceu aprovação o Relatório Anual de Segurança das redes e sistemas de informação, referente ao ano de 2022. Foram aprovadas as alterações às notificações de incidente e de violação de dados pessoais, do ataque cibernético ocorrido no mês de maio de 2022, para remessa ao DPO a fim de serem enviados à CNPD. Foram revistos os enquadramentos de 9 trabalhadores e criada a coordenação funcional do Serviço de Gestão e Logística com a designação da respetiva responsável. Foi aprovada a transferência dos colaboradores que integram o Centro Técnico (CT) para a Direção de Telecomunicações (DRTL), bem como toda a unidade de negócio da responsabilidade do CT e respetiva viatura de serviço com efeitos à data de 1 de fevereiro de 2023. Foi efetuada a atualização dos plafonds mensais e diários do cartão GALP Frota atribuídos às viaturas da empresa.

Na segunda reunião, a 16 de fevereiro, o Conselho de Administração, no cumprimento do Decreto Legislativo Regional n.º 1/2023/A, para o ano de 2023, que determina a aplicação do Decreto-lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, que estabelece o Regime Geral da Prevenção da Corrupção, deliberou aprovar, no que à empresa respeita, o Plano de Prevenção de Riscos de

Corrupção e Infrações Conexas, PPR GEDA2023-2025; adotar e assegurar a implementação de um programa para a prevenção da corrupção (PPC), aderir ao Plano de Formação adotado ao nível do Grupo EDA, para a Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e Aderir à nomeação da Diretora da Direção de Auditoria Interna da EDA como responsável pelo programa de prevenção da corrupção nas empresas do Grupo EDA (Resp PPC GEDA). Designou a responsável pelo acompanhamento da execução e implementação das medidas previstas no plano para a empresa, para assegurar o suporte, acompanhamento, reporte trimestral, tratamento e preparação de informação, elaboração de relatórios e revisão documental. Foi aprovado o Regulamento “Governo do RGPD - Tratamento de Dados Pessoais”. Foram aprovados o orçamento de tesouraria de fevereiro a abril de 2023 e a programação das atividades inerentes à elaboração da proposta do Plano Estratégico Plurianual e Orçamento para 2024.

A 16 de março, o Conselho de Administração aprovou a Proposta do Relatório e Contas relativo ao exercício de 2022, bem como a correspondente Proposta de Aplicação de Resultados. O orçamento de tesouraria de março a maio de 2023 mereceu apreciação e aprovação. Foi decidido dar um patrocínio ao I Congresso de Jornalismo Açoriano e celebrar um protocolo de cooperação com a ENTA – Escola de Novas Tecnologias dos Açores, promovendo a realização de estágio para 3 formandos.

Na quarta reunião, a 29 de março, foi delegado nos Diretores de cada área a competência para assinar o compromisso de confidencialidade, cujo modelo consta do Regulamento do Modelo do Governo do RGPD. Foi autorizada uma licença sem vencimento e concedida tolerância de ponto na quinta-feira santa e a contratação da prestação de serviços de limpeza nas instalações de Lisboa.

A 3 de abril, na sequência da sua recomposição, o Conselho de Administração, procedeu à seguinte redistribuição dos pelouros: Presidente: Direção de Sistemas de Informação; Administrador Executivo Fábio Alexandre Costa: Direção de Telecomunicações e Direção de Lojas e Serviços de Comunicações; Administradora Executiva Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda: Serviços de Gestão e Logística (SVGL);

Na sexta reunião, a 8 de maio, foi aprovado o Relatório de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, PPR GEDA, de 2022, e determinar o seu envio às entidades competentes e ao órgão de fiscalização da sociedade. Foi contratualizada a prestação de serviços de patrocínio judicial de ação judicial. Foram prolongadas as comissões de serviço em vigor, até 30 de setembro de 2023, com as condições remuneratórias em vigor. Procedeu à constituição da Comissão Negociadora da Empresa e aprovou os orçamentos de tesouraria de abril a junho e de maio a julho.

Na sétima reunião, a 7 de julho, foram novamente redistribuídos os pelouros dos membros do Conselho de Administração ficando o Administrador Executivo Fábio Alexandre Costa com a Direção de Telecomunicações e a Direção de Sistemas de Informação e a Administradora Executiva Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda com a Direção de Lojas e Serviços de Comunicações, com o Serviço de Gestão e Logística e com o Grupo Atividades Qualidade e Segurança. Foi ratificada a negociação salarial encerrada em 16.06.2023. Foram aprovadas medidas com vista à operacionalização e implementação do Código de Conduta. Foi aprovada a nova versão da Política de Privacidade de Dados Pessoais, bem como a Política de Privacidade e Proteção de Dados sobre o Tratamento dos dados do Trabalhador pelo Empregador. Foram renovadas as apólices dos seguros de acidentes pessoais em viagem e de mercadorias e contratados os seguros de danos patrimoniais e de responsabilidade civil. Foi aprovada a proposta do orçamento de tesouraria para o período compreendido entre junho a agosto de 2023 e, também, analisou a execução do orçamento de tesouraria do período de janeiro a maio de 2023.

A 13 de julho foi autorizada a celebração de um contrato para a Prestação de Serviços de Comunicações de Voz e Dados.

A 20 de setembro o Conselho de Administração ratificou a decisão da EDA, no que à empresa diz respeito, de que as transferências de fundos das empresas subsidiárias que tenham natureza de aplicação de excedentes sejam remuneradas de acordo com a Taxa de Juro Média Ponderada da dívida da EDA, apurada no período anterior ao da aplicação do excedente. Foram aprovadas as propostas de orçamento de tesouraria de julho a setembro, de agosto a outubro e de setembro

a novembro e analisada a execução do orçamento de tesouraria do período de janeiro de 2021 a agosto de 2023. Foram renovadas as comissões de serviço até ao fim do período do mandato em curso do órgão de gestão e designados os responsáveis pelo plano de manutenção dos edifícios da empresa.

A 7 de dezembro, na décima reunião, o Conselho de Administração aprovou a proposta do Plano Plurianual e Orçamento para 2024.

A 12 de dezembro de 2022, na sua décima primeira e última reunião do ano de 2023, foram aprovados os orçamentos de tesouraria de outubro a dezembro de 2023, de novembro de 2023 a janeiro de 2024 e de dezembro a fevereiro de 2024, e analisada a execução do orçamento de tesouraria do período de janeiro a novembro de 2023, no qual foi apurado um saldo final de 700 milhares de euros. Foi ratificada a adjudicação de arrendamento do armazém sito no Azores Parque. Foi ratificada adenda com a alteração do plano de pagamentos do Contrato de Prestação de Serviços de Implementação das Tecnologias SAP ERP S/4HANA, SAP GESTÃO DE ATIVOS S/4HANA, SAP IS-U S/4HANA e SAP Utilities Customer Management S/4HANA e aprovado o Acordo de Revogação do Contrato de Prestação de Serviços de Implementação das Tecnologias SAP ERP S/4HANA, SAP GESTÃO DE ATIVOS S/4HANA, SAP IS-U S/4HANA e SAP Utilities Customer Management S/4HANA, com efeitos a 28 de novembro de 2023. Foi autorizada a adjudicação do contrato de comunicações de voz e dados.

Ações próprias

Em 31 dezembro de 2023 a empresa não detinha ações próprias.

Negócios entre a sociedade e os seus administradores

Não existem quaisquer situações previstas no artigo 397.º do CSC.

Sucursais da sociedade

A empresa não tem quaisquer sucursais.

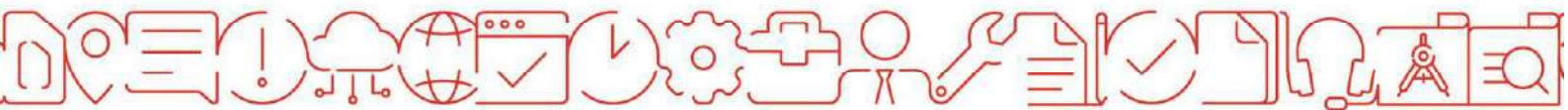
Factos relevantes ocorridos após o termo do Período

Não ocorreram factos relevantes após o termo do período.



Apreciação e Certificação de Contas

Demonstrações Financeiras



Índice das Demonstrações Financeiras

Balanço	47
Demonstração dos Resultados por Naturezas.....	48
Demonstração das Alterações no Capital Próprio	49
Demonstração de Fluxos de Caixa	50
Anexo às Demonstrações Financeiras	51
1. Introdução	51
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	52
3. Principais políticas contabilísticas.....	53
4. Fluxos de caixa	67
5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	68
6. Ativos fixos tangíveis.....	69
7. Ativos intangíveis.....	71
8. Outros investimentos financeiros	71
9. Ativos por impostos diferidos	72
10. Inventários.....	73
11. Clientes.....	73
12. Estado e outros entes públicos.....	74
13. Outros créditos a receber	75
14. Diferimentos.....	76
15. Capital subscrito.....	76
16. Reservas legais e resultados acumulados	77
17. Fornecedores.....	77
18. Outras dívidas a pagar.....	78
19. Vendas e serviços prestados.....	78
20. Trabalhos para a própria empresa.....	79
21. Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	79
22. Fornecimentos e serviços externos.....	80
23. Gastos com pessoal	81
24. Outros rendimentos	81



25. Outros gastos	81
26. Gastos e rendimentos financeiros.....	82
27. Imposto sobre o rendimento	82
28. Contingências	83
29. Partes relacionadas.....	84
30. Políticas de gestão de Risco	87
31. Disposições legais	88
32. Eventos subsequentes.....	88

Balanço

		31 de dezembro	
		2023	2022
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	869 547	954 823
Ativos intangíveis	7	10 776	19 397
Outros investimentos financeiros	8	20 950	19 848
Ativos por impostos diferidos	9	117 462	8 779
		<u>1 018 735</u>	<u>1 002 846</u>
Corrente			
Inventários	10	213 611	94 177
Clientes	11	2 117 546	3 077 621
Estado e outros entes públicos	12	15 173	35 982
Outros créditos a receber	13	1 734 662	871 924
Diferimentos	14	731 688	1 065 795
Caixa e depósitos bancários	4	397 106	1 089 742
		<u>5 209 787</u>	<u>6 235 241</u>
Total do ativo		<u>6 228 522</u>	<u>7 238 088</u>
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital subscrito	15	300 000	300 000
Reservas legais	16	64 464	64 464
Outras reservas	16	500 866	500 866
Resultados transitados	16	2 995 979	3 051 059
Resultado líquido do período		(635 203)	(55 080)
Total do capital próprio		<u>3 226 106</u>	<u>3 861 308</u>
Passivo			
Corrente			
Fornecedores	17	1 974 726	2 042 217
Estado e outros entes públicos	12	65 127	362 051
Outras dívidas a pagar	18	609 060	495 752
Diferimentos	14	353 503	476 759
		<u>3 002 416</u>	<u>3 376 779</u>
Total do passivo		<u>3 002 416</u>	<u>3 376 779</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>6 228 522</u>	<u>7 238 088</u>

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Catarina Isabel Raposo

O Conselho de Administração

Paulo Jorge da Costa André

Fábio Alexandre Costa

Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

Demonstração dos Resultados por Naturezas

	Nota	Período	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	19	7 150 589	6 746 917
Subsídio à exploração		3 163	-
Trabalhos para a própria empresa	20	1 794	12 483
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	21	(1 325 719)	(430 264)
Fornecimentos e serviços externos	22	(3 844 669)	(3 556 305)
Gastos com o pessoal	23	(2 639 178)	(2 844 880)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	10	-	9 015
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11	(1 984)	-
Outros rendimentos	24	165 048	1 54 924
Outros gastos	25	(1 33 015)	(1 0 622)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(623 971)	81 268
Gastos /reversões de depreciação e de amortização	6 e 7	(1 07 397)	(1 33 970)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(731 368)	(52 701)
Juros e gastos similares suportados	26	(8 181)	(8 477)
Resultado antes de impostos		(739 549)	(61 178)
Imposto sobre o rendimento do período	27	1 04 347	6 098
Resultado líquido do período		(635 203)	(55 080)
Resultado por ação básico		(1 0,59)	(0,92)

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Catarina Isabel Raposo

O Conselho de Administração

Paulo Jorge da Costa André

Fábio Alexandre Costa

Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

	Nota	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
A 1 de janeiro de 2022		300 000	64 464	500 866	3 038 698	25 361	3 929 389
Alterações no período							
Aplicações dos resultados	16	-	-	-	25 361	(25 361)	-
		-	-	-	25 361	(25 361)	-
Resultado líquido do período						(55 080)	(55 080)
Resultado integral						(55 080)	(55 080)
Operações com detentores de capital no período							
Distribuições	16	-	-	-	(13 000)	-	(13 000)
		-	-	-	(13 000)	-	(13 000)
A 31 de dezembro de 2022		300 000	64 464	500 866	3 051 059	(55 080)	3 861 308
A 1 de janeiro de 2022		300 000	64 464	500 866	3 051 059	(55 080)	3 861 309
Alterações no período							
Aplicações dos resultados	16	-	-	-	(55 080)	55 080	-
		-	-	-	(55 080)	55 080	-
Resultado líquido do período						(635 203)	(635 203)
Resultado integral						(635 203)	(635 203)
A 31 de dezembro de 2023		300 000	64 464	500 866	2 995 979	(635 203)	3 226 106

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Catarina Isabel Raposo

O Conselho de Administração

Paulo Jorge da Costa André

Fábio Alexandre Costa

Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

Demonstração de Fluxos de Caixa

	Notas	Período findo em 31 de dezembro	
		2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		8 409 592	8 939 960
Pagamentos a fornecedores		(5 974 932)	(5 943 836)
Pagamentos ao pessoal		(2 576 257)	(2 721 278)
Caixa gerada pelas operações		(1 41 597)	274 847
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		35 982	99 340
Outros recebimentos/pagamentos		(582 565)	(492 271)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		(688 180)	(11 8 084)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(8 355)	(43 115)
Ativos intangíveis		-	(26 896)
Investimentos financeiros		(1 102)	-
Outros activos		-	(4 771)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		5 001	-
Outros activos		-	1 590
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		(4 456)	(73 191)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Dividendos		-	(13 000)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		-	(13 000)
Variação de caixa e seus equivalentes		(692 637)	(204 275)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	1 089 742	1 294 017
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	397 106	1 089 742

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Catarina Isabel Raposo

O Conselho de Administração

Paulo Jorge da Costa André

Fábio Alexandre Costa

Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

Anexo às Demonstrações Financeiras

1. Introdução

A Globaleda - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A., (referida neste documento como Globaleda ou Empresa) foi constituída em 23 de setembro de 1997 e tem como objeto a conceção, estudo e acompanhamento de projetos na área das telecomunicações e dos sistemas de informação, bem como na comercialização de telefones móveis celulares, com sede na Rua Eng. José Cordeiro n.º 6.

A Globaleda desenvolve como atividades principais:

- i) Atividade de consultadoria, desenvolvimento e operação de sistemas informáticos, designadamente prestação de serviços de consultadoria, ao abrigo do contrato outsourcing EDA;
- ii) Comercialização de telemóveis e acessórios - a Globaleda é representante da Vodafone, possuindo uma rede de lojas com imagem 100% Vodafone e efetuando a promoção de produtos de propriedade da Vodafone; e
- iii) Operação e manutenção de infraestruturas de telecomunicações - a Globaleda assegura a operação e manutenção de todas as redes de telecomunicações privadas da EDA e de outros operadores de telecomunicações.

A Globaleda pertence ao Grupo EDA, sendo detida em 74,9% pela Electricidade dos Açores, S.A. e em 25,1% pela Novabase Business Solutions.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de março de 2024. É opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Globaleda, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

Estas demonstrações financeiras são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas pela EDA - Electricidade dos Açores, S.A., com sede na Rua Francisco Pereira Ataíde n.º 1, consolidação integral.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho, e de acordo com a estrutura concetual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e Normas Interpretativas (“NI”) consignadas, respetivamente, nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”).

Acresce referir que o modelo das demonstrações financeiras e quadro de contas também foram alterados, respetivamente, pela Portaria nº 220/2015 de 24 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-B/2015 de 21 de setembro de 2015 e pela Portaria nº 218/2015 de 23 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-A/2015 de 21 de setembro de 2015.

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “NCRF.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Globaleda, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.21.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras, preparadas no pressuposto da continuidade das operações, são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, e considerando as atividades de operação e manutenção relativas a contratos existentes, bem como os projetos da área dos sistemas de informação a iniciar ou já em curso contratualizados com a EDA que é também a principal acionista, bem como as projeções de fluxos de caixa de curto prazo, a Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

3.1. Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da GLOBALEDA e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros (moeda funcional), salvo indicação explícita em contrário.

ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

iii) Cotações utilizadas

Em 31 de dezembro as cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos foram as seguintes:

Moeda	2023	2022
USD	-	0,9375

Fonte: Cotações do Banco Central Europeu à data de 31 de dezembro

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua

condição de utilização. Os custos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte custo de construção do ativo.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que aumentem a vida útil ou a capacidade dos ativos gerarem benefícios económicos, são capitalizados no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que ocorrem.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações nos restantes ativos são calculadas utilizando o método das quotas constantes por duodécimos. As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	Entre 10 a 50 anos
Equipamento básico	Entre 4 a 10 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	Entre 4 a 8 anos
Outros ativos tangíveis	Entre 4 a 16 anos

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos benefícios económicos dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis são efetuados testes de imparidade de forma a estimar o valor recuperável do ativo e, quando necessário, registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Os ativos fixos tangíveis para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando

há lugar ao registo ou reversão de imparidade, as depreciações dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na Demonstração dos resultados, rubrica de Outros gastos ou Outros rendimentos.

3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados: (i) ao preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e (ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

A GLOBALEDA reconhece como ativos intangíveis os montantes despendidos com software adquirido a terceiros, bem como os custos de parametrização incorridos.

A GLOBALEDA valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, conforme definido pela NCRF 6 – Ativos Intangíveis, que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada. A GLOBALEDA não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

3.4. Imparidade de ativos não financeiros

A Empresa avalia os ativos não financeiros para efeitos de imparidade consoante a sua natureza.

Os ativos com vida útil indefinida são sujeitos a amortização durante um período de 10 anos e sujeitos a testes de imparidade sempre que os acontecimentos ou alterações nas circunstâncias indicarem que possam estar em imparidade. Os ativos com vida útil definida são revistos quanto

à imparidade quando eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras possa não ser recuperável.

Para efeitos de determinação da existência de imparidade a Empresa calcula o valor recuperável do ativo ou conjunto de ativos. O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa regista a respetiva perda por imparidade.

Os ativos não financeiros, que não o *goodwill*, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, as amortizações e depreciações dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.5. Ativos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros são classificados/mensurados como:

- (a) Ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos resultados.

A GLOBALEDA classifica e mensura ao custo amortizado, os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não

possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

São registados ao custo amortizado os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, créditos a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A GLOBALEDA classifica e mensura ao justo valor os ativos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima. São registados ao justo valor os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados do período, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A GLOBALEDA avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a GLOBALEDA reconhece uma perda por imparidade na Demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.6. Inventários

Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. Subsequentemente os inventários são valorizados ao menor valor entre o custo de aquisição e o valor de realização líquido. O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado.

Em 19 de novembro de 2015, foi acordado que a gestão de inventários das lojas fosse assumida diretamente pela Vodafone.

3.7. Clientes e Outros créditos a receber

As rubricas de Clientes e Outros créditos a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade. Os ajustamentos por imparidade referentes a dívidas de terceiros, designadamente Clientes, são constituídos tendo em conta critérios comerciais de avaliação dos riscos efetivos de cobrança, identificados no final de cada período. As perdas por imparidade dos clientes e outros créditos a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na Demonstração dos resultados, em Imparidade de dívidas a receber, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou deixem de existir.

O montante de perda por imparidade para um instrumento mensurado ao custo amortizado é a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente (atual) dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro original efetiva do ativo financeiro.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando: (a) Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram; ou (b) A entidade transfere para outra parte todos os riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro; ou (c) A entidade, apesar de reter alguns riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro, tenha transferido o controlo do ativo para uma outra parte e esta tenha a capacidade prática de vender o ativo na sua totalidade a uma terceira parte não relacionada e a possibilidade de exercício dessa capacidade unilateralmente sem necessidade de impor restrições adicionais à transferência. Se tal for o caso a entidade deve: (i) desreconhecer o ativo; e (ii) reconhecer separadamente qualquer direito e obrigação criada ou retida na transferência

3.8. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica Financiamentos obtidos, e são considerados na elaboração da Demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.9. Capital

O capital estatutário da empresa corresponde às ações ordinárias emitidas. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.10. Passivos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros são classificados/mensurados como:

- (a) Ao custo amortizado; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos resultados.

A GLOBALEDA classifica e mensura ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que

desconta exatamente os pagamentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, dívidas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.).

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja paga, cancelada ou expire.

3.11. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na Demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a GLOBALEDA possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.12. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na Demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios.

Imposto corrente

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores a taxa a aplicar para a determinação do Imposto sobre o

Rendimento das Pessoas Coletivas é reduzida em 30%, correspondendo a uma taxa nominal de 14,70%. Como estabelecido na lei das Finanças Locais a Empresa está sujeita à derrama fixada pelos Municípios até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos.

Imposto diferido

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no Balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

A taxa de imposto utilizada para o cálculo do imposto diferido à data de balanço dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de 18,4%, taxa de imposto definida para o Grupo EDA.

3.13. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a GLOBALEDA tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a GLOBALEDA divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

3.14. Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a GLOBALEDA detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificados como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Financiamentos obtidos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a GLOBALEDA não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a GLOBALEDA tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na Demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.15. Subsídios e apoios do Governo

A GLOBALEDA reconhece os subsídios do Estado Português, do Governo Regional e da União Europeia ou organismos semelhantes pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na Demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.16. Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.17. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ ou serviços no decurso normal da atividade da GLOBALEDA. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

O rédito da venda de produtos é reconhecido quando: i) o valor do rédito pode ser estimado com fiabilidade; ii) é provável que benefícios económicos fluam para a GLOBALEDA; e iii) parte significativa dos riscos e benefícios tenham sido transferidos para o comprador.

O rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

O rédito reconhecido pela GLOBALEDA resulta:

- i) das comissões obtidas da Vodafone decorrentes da venda de pacotes de comunicações, cartões e ativações;
- ii) da prestação de serviços de operação e manutenção de redes de telecomunicações. O rédito é reconhecido com base na percentagem de acabamento;
- iii) da prestação de serviços de consultadoria, desenvolvimento e operações de sistemas informáticos.

3.18. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas da GLOBALEDA é reconhecida como uma responsabilidade nas demonstrações financeiras no período em que os dividendos são aprovados pelos seus acionistas.

3.19. Compensação de saldos e transações

Os ativos, passivos, rendimentos e gastos não são compensados salvo se exigido ou permitido pelas NCRF.

3.20. Matérias ambientais

São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que a GLOBALEDA tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para pagar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

Dada a atividade da GLOBALEDA e de acordo com a legislação vigente, considera-se não existir passivos ambientais relevantes a registar nas demonstrações financeiras.

3.21. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da GLOBALEDA são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

3.21. Estimativas contabilísticas relevantes

3.21.1. Provisões

A GLOBALEDA analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.21.2. Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na Demonstração dos resultados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional.

3.21.3. Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da GLOBALEDA, tais como: i) a disponibilidade futura de financiamento; e ii) o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.21.4. Rédito – Percentagem de acabamento

O rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

3.22. Acontecimentos após a data de balanço

Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data das demonstrações financeiras são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data das demonstrações financeiras são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se considerados materiais.

4. Fluxos de caixa

4.1 - Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A GLOBALEDA não possui qualquer saldo de Caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização para os períodos apresentados.

4.2 – Detalhe da rubrica de caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa	879	680
Depósitos bancários	396 227	1 089 062
	<u>397 106</u>	<u>1 089 742</u>

Os valores acima foram os considerados para efeitos da elaboração da Demonstração dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

O recebimento e reembolso de empréstimos obtidos de outras entidades, nomeadamente do acionista EDA, são considerados como atividades de investimento, de acordo com o disposto na alínea (e) e (f) da NCRF 2 – Demonstrações de Caixa.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

5.1. Alterações às normas

Não foram publicadas no presente período novas normas, alterações ou interpretações efetuadas a normas existentes que devessem ser consideradas pela Empresa.

5.2. Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adotadas pela GLOBALEDA para os períodos apresentados.

5.3. Alterações nas estimativas contabilísticas

A GLOBALEDA não procedeu à alteração dos procedimentos de determinação das estimativas contabilísticas, que possam ter impacto no período ou em períodos futuros.

5.4. Erros de períodos anteriores

Não se verificou no período qualquer correção de erros identificados relativamente a períodos anteriores

6. Ativos fixos tangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023 os movimentos registados em rubricas dos Ativos fixos tangíveis

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros a tangíveis
1 de janeiro de 2023						
Custo de aquisição	1 70 826	798 840	1 08 996	482 401	372 701	7 826
Depreciações acumuladas	-	(266 923)	(88 957)	(41 7 521)	(226 293)	(6 826)
Valor líquido	1 70 826	531 917	20 039	64 880	146 409	1 100
Movimento de 2023						
Adições	-	-	-	-	4 559	-
Alienações	-	-	-	(19 880)	-	-
Transferências e abates	-	-	(1 350)	-	1 190	-
Depreciação - período	-	(1 7 128)	(8 130)	(34 432)	(34 400)	(7 826)
Depreciação - alienações	-	-	-	19 880	-	-
Depreciação - transf. e abates	-	-	236	-	(236)	-
	1 70 826	514 789	10 796	30 448	117 522	1 100
31 de dezembro de 2023						
Custo de aquisição	1 70 826	798 840	1 07 646	462 521	378 450	8 826
Depreciações acumuladas	-	(284 051)	(96 852)	(432 073)	(260 929)	(7 826)
Valor líquido	1 70 826	514 789	10 795	30 448	117 522	1 100

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022 os movimentos registados em rubricas dos Ativos fixos tan

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros a tangív
1 de janeiro de 2022						
Custo de aquisição	1 70 826	798 840	1 111 263	482 873	755 420	25
Depreciações acumuladas	-	(244 792)	(1 082 037)	(394 045)	(573 822)	(24
Valor líquido	1 70 826	554 048	29 226	88 828	1 81 598	
Movimento de 2022						
Adições	-	-	-	32 366	2 520	
Alienações	-	-	(1 002 267)	(32 838)	(385 239)	(18
Depreciação - período	-	(22 131)	(9 187)	(56 313)	(37 085)	(
Depreciação - alienações	-	-	1 002 267	32 838	384 614	18
	1 70 826	531 917	20 039	64 880	1 46 409	
31 de dezembro de 2022						
Custo de aquisição	1 70 826	798 840	1 08 996	482 401	372 701	7
Depreciações acumuladas	-	(266 923)	(88 957)	(41 7 521)	(226 293)	(6
Valor líquido	1 70 826	531 917	20 039	64 880	1 46 409	

As adições verificadas no presente exercício referem-se, essencialmente, a aquisição de mobiliário.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica de Gastos/reversões de depreciação e de amortização da Demonstração dos resultados pela sua totalidade.

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existem ativos dados com garantia/penhora.

7. Ativos intangíveis

O valor dos ativos intangíveis registados pela GLOBALEDA referem-se a programas de computador. A evolução registada para os períodos apresentados é como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
A 1 de janeiro		
Custo de aquisição	38 680	12 818
Amortizações acumuladas	(19 284)	(12 818)
Valor líquido	<u>19 397</u>	<u>-</u>
Adições	-	25 862
Amortização - período	(8 621)	(6 466)
	<u>10 776</u>	<u>19 397</u>
31 de dezembro		
Custo de aquisição	38 680	38 680
Amortizações acumuladas	(27 904)	(19 284)
Valor líquido	<u>10 776</u>	<u>19 397</u>

8. Outros investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os ativos reconhecidos nesta rubrica referem-se, essencialmente, à participação no Fundo de compensação do Trabalho em instrumentos de capital, sobre os quais a Empresa não tem controlo ou influência significativa e apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Outros investimentos		
Fundo de compensação do trabalho	20 950	19 848
	<u>20 950</u>	<u>19 848</u>

9. Ativos por impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no Balanço pelo seu valor bruto. O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos para os períodos apresentados é como se segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Impacto na demonstração dos resultados		
Ativos por impostos diferidos	1 08 683	8 779
	<u>1 08 683</u>	<u>8 779</u>

O movimento ocorrido na rubrica de Ativos por impostos diferidos, que se refere a prejuízos fiscais reportáveis e a imparidade de clientes não aceite fiscalmente, resume-se como segue:

	<u>Ativos por imposto diferido</u>
A 1 de janeiro de 2022	-
Constituição por resultados	8 779
Movimento do período	<u>8 779</u>
A 31 de dezembro de 2022	<u>8 779</u>

	<u>Ativos por imposto diferido</u>
A 1 de janeiro de 2023	8 779
Constituição por resultados	1 08 683
Movimento do período	<u>1 08 683</u>
A 31 de dezembro de 2023	<u>1 17 462</u>

O montante de prejuízos fiscais acumulados que se encontram disponíveis para utilização decompõem-se da seguinte forma:

	Montante
Prejuízos fiscais reportáveis	
- ano 2022	59 722
- ano 2023	738 717

O Orçamento de Estado aprovado para 2023, coloca fim à limitação temporal para reporte de prejuízos fiscais.

10. Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Telemóveis	20 407	15 213
Acessórios	3 302	4 086
Equipamento informático	1 101	4 029
Equipamentos rádio	129 209	74 587
	<u>154 020</u>	<u>97 914</u>
Matérias em trânsito	63 328	-
	<u>217 348</u>	<u>97 914</u>
Imparidade de inventários	<u>(3 737)</u>	<u>(3 737)</u>
	<u>213 611</u>	<u>94 177</u>

O custo dos inventários reconhecidos em 2023 como gasto e incluído na rubrica Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas totalizou 1.325.719 euros (2022: 430.264 euros) (Nota 21).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a movimentação da imparidade de inventários foi conforme se segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
A 1 de janeiro	(3 737)	(13 352)
Constituição por resultados	-	(3 737)
Reversão por resultados	-	12 752
Utilização do ano	-	600
A 31 de dezembro	<u>(3 737)</u>	<u>(3 737)</u>

11. Clientes

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a composição da rubrica de Clientes é como se segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
	<u>Corrente</u>	<u>Corrente</u>
Cientes - grupo i)	1 452 839	2 216 653
Cientes - outros ii)	666 692	860 969
	<u>2 119 530</u>	<u>3 077 621</u>
Imparidade de clientes	(1 984)	-
	<u>2 117 546</u>	<u>3 077 621</u>

i) Clientes – grupo: esta rubrica refere-se essencialmente aos saldos do grupo a receber por conta do fornecimento de equipamentos de Rede WAN/LAN objeto de Concurso Público Internacional (Nota 30);

ii) Clientes – outros: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes decorrentes das prestações de serviços de telecomunicações e sistemas de informação.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor, sendo de natureza corrente pelo facto de se esperar que os saldos sejam realizados num período inferior a 12 meses.

Os saldos de clientes em 31 de dezembro de 2023 apresentam a seguinte antiguidade:

	<u>Até 90 dias</u>	<u>De 91 a 120 dias</u>	<u>De 121 a 180 dias</u>	<u>De 181 a 360 dias</u>	<u>Mais de 360 dias</u>	<u>Total</u>
Grupo	1 268 000	-	-	184 839	-	1 452 839
Outros	587 830	16 104	2 886	19 839	40 033	666 692
	<u>1 855 830</u>	<u>16 104</u>	<u>2 886</u>	<u>204 677</u>	<u>40 033</u>	<u>2 119 530</u>

O movimento das imparidades apresenta-se como se segue:

	<u>2023</u>
A 1 de janeiro	-
Reforço do ano	1 984
A 31 de dezembro	<u>1 984</u>

12. Estado e outros entes públicos

No período findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos de impostos a liquidar/recuperar referem-se a:

	2023		2022	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto sobre rendimento - IRC	-	1 690	35 982	-
Impostos sobre rendimento - IRS	-	17 095	-	30 691
Imposto sobre valor acrescentado - IVA	15 173	-	-	263 742
Contribuições para segurança social	-	46 341	-	67 617
	15 173	65 127	35 982	362 051

Para os períodos apresentados o saldo de IRC tem a seguinte decomposição:

	2023	2022
Pagamentos por conta	-	36 069
Retenções na fonte	2 646	2 594
Estimativa de IRC (Nota 27)	(4 336)	(2 681)
	(1 690)	35 982

13. Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a decomposição da rubrica de Outros créditos a receber é como segue:

		2023	2022
		Corrente	Corrente
Outros devedores			
Caução EDA (Nota 30)	i)	327 081	293 429
Outros devedores		29 874	29 415
		356 955	322 844
Adiantamentos a fornecedores		10 480	13 303
Devedores por acréscimos de rendimentos	ii)		
Prestações de serviços		1 290 109	471 908
Comissões		77 118	63 869
		1 367 227	535 777
		1 734 662	871 924

i) Caução prestada referente ao concurso 17CLPQ-SIRO (Outsourcing informático, em 12/02/2018) e SAP/4HANA;

ii) Os valores constantes da rubrica de Devedores por acréscimos de rendimentos referem-se essencialmente à especialização de proveitos referentes a diversos projetos, nomeadamente o projeto de outsourcing ao acionista Electricidade dos Açores no valor de 1.205.285 euros (2022:

81.984 euros), bem como 77.118 euros (2022: 63.869 euros) a receber da VODAFONE referente a comissões.

14. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Globaleda tem registado na rubrica de Diferimentos os seguintes saldos:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Custos diferidos de serviços a prestar	697 422	1 050 477
Seguros	-	5 153
Outros	34 266	1 016 66
Diferimentos ativos	<u>731 688</u>	<u>1 065 795</u>
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Serviços a concluir já faturados	353 503	476 759
Diferimentos passivos	<u>353 503</u>	<u>476 759</u>

Os gastos a reconhecer referem-se a serviços contratados, pagos antecipadamente, como seja o caso dos prémios de seguro e outros gastos associados a serviços a prestar, cuja prestação apenas ocorrerá em períodos subsequentes.

Os rendimentos a reconhecer referem-se a projetos já faturados no período e a concluir em períodos futuros.

15. Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital social da Globaleda, no montante de 300.000 euros, encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 60.000 ações com o valor nominal de 5 euros cada.

	<u>% detida</u>	<u>Número de ações</u>	<u>Capital Social</u>
Electricidade dos Açores	74,9	44 940	224 700
Novabase Business Solutions	25,1	15 060	75 300
	<u>100</u>	<u>60 000</u>	<u>300 000</u>

16. Reservas legais e resultados acumulados

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estas rubricas registaram os seguintes movimentos:

	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados
1 de janeiro de 2022	64 464	500 866	3 038 698
Aplicação do resultado do exercício	-	-	25 361
Distribuição	-	-	(1 3 000)
31 de dezembro de 2022	64 464	500 866	3 051 059
Aplicação do resultado do exercício	-	-	(55 080)
31 de dezembro de 2023	64 464	500 866	2 995 979

As Reservas legais, que ascendem a 64.464 euros, só podem ser utilizadas na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

As Outras reservas, que ascendem a 500.866 euros, são compostas por reservas livres resultantes da aplicação de resultados não distribuídos, as quais são distribuíveis aos acionistas, desde que a empresa não tenha prejuízos acumulados de períodos anteriores.

De acordo com a deliberação da Assembleia geral de 31 de março de 2023, o resultado líquido negativo apurado no período de 2022, no montante de 55.080 euros, manteve-se em resultados transitados.

17. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos de fornecedores mais significativos referem-se às seguintes entidades:

	2023	2022
	Corrente	Corrente
Fornecedores - grupo (Nota 30)	250 671	327 102
Fornecedores - terceiros	1 724 055	1 715 115
	1 974 726	2 042 217

O saldo a pagar aos fornecedores - grupo decorre essencialmente da prestação de serviços das áreas administrativas, da cedência de pessoal e licenciamento de software e serviços cloud (Nota 30).

O saldo a pagar aos fornecedores - terceiros é justificado na sua maioria com diversos fornecimentos de prestadores de serviços relativos aos projetos em desenvolvimento pela Empresa na área de infraestruturas de rádio, telecomunicações e sistemas de informação.

18. Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o detalhe da rubrica de Outras dívidas a pagar é como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
	<u>Corrente</u>	<u>Corrente</u>
Fornecedores		
Fornec. investimentos - outros	2 577	-
	<u>2 577</u>	<u>-</u>
Outros credores		
Credores diversos	43 532	45 254
Pessoal	1 207	114
	<u>44 739</u>	<u>45 368</u>
Credores por acréscimos de gastos		
Férias e subsídio de férias	287 123	311 712
Outros acréscimos de gastos	274 459	1 38 505
Juros a pagar - especialização	162	168
	<u>561 744</u>	<u>450 385</u>
	<u>609 060</u>	<u>495 752</u>

i) A rubrica de Outros acréscimos de gastos refere-se, essencialmente, à especialização de custos incorridos pela Empresa na prestação de serviços ao acionista Electricidade dos Açores referentes ao projeto de outsourcing no montante de 171.301 euros (2022: 75.247 euros).

19. Vendas e serviços prestados

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na Demonstração dos resultados é detalhado como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Vendas de produtos		
Equipamento informático	41 5 381	31 6 768
Equipamento rádio	982 176	1 35 555
Equipamentos de telecomunicações	56 390	65 546
Acessórios	4 833	4 810
	<u>1 458 781</u>	<u>522 680</u>
Serviços prestados		
Sistemas de informação	3 324 223	4 025 315
Manutenção de infraestruturas de telecomunicações	1 455 158	1 343 382
Comissões Vodafone	886 116	804 665
Outros serviços prestados	26 312	50 875
	<u>5 691 809</u>	<u>6 224 237</u>
	<u>7 150 589</u>	<u>6 746 917</u>

As Vendas e Serviços prestados são realizadas em território português.

20. Trabalhos para a própria empresa

O detalhe dos trabalhos para a própria empresa para os períodos apresentados refere-se à seguinte natureza de gastos incorridos:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fornecimentos e serviços externos	1 794	1 2 483
	<u>1 794</u>	<u>12 483</u>

21. Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

O detalhe do custo das mercadorias vendidas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 demonstra-se como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Inventários iniciais (Nota 10)	97 914	84 123
Compras	1 445 153	447 210
Regularização de inventários	-	(3 155)
Inventários finais (Nota 10)	<u>(21 7 348)</u>	<u>(97 914)</u>
	<u>1 325 719</u>	430 264

22. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

		<u>2023</u>	<u>2022</u>
Subcontratos	i)	3 185 156	2 806 704
Rendas e alugueres	ii)	228 697	206 988
Trabalhos especializados	iii)	1 45 941	230 989
Combustíveis		40 624	50 808
Honorários		39 356	26 81 4
Conservação e reparação		26 508	27 150
Seguros		25 096	27 667
Comunicações		21 988	27 646
Limpeza, higiene e conforto		21 023	21 333
Deslocações e estadas		17 854	27 258
Transporte de mercadorias		15 603	20 784
Electricidade		12 940	13 467
Formação profissional		9 335	6 739
Outros (inferiores a 20.000 euros)		54 548	61 960
		<u>3 844 669</u>	<u>3 556 305</u>

i) A rubrica de Subcontratos refere-se, essencialmente, à contratação de serviços especializados e materiais incorporados na execução de projetos, salientando-se o contrato de Outsourcing e SAP4HANA com a EDA, no qual a Globaleda subcontrata as empresas Axians Digital Consulting, Axians Digital Solutions e Wakaru. Estes serviços especializados e materiais atingiram um total de 1.265.891 euros (2022: 613.470 euros), bem como a cedência de pessoal da EDA no montante de 670.865 euros (2022: 684.689 euros);

ii) Rendas e alugueres: respeita ao aluguer das lojas comerciais fidelizadas à imagem Vodafone e à renda do edifício dos serviços administrativos e de apoio incluindo o armazém central.

iii) Os trabalhos especializados incluem maioritariamente os honorários para a revisão legal das contas e auditoria, os serviços de informática no montante de 55.601 euros (2022: 13.345 euros) e serviços de apoio das áreas administrativas prestados pelo acionista EDA no montante de 25.558 euros (2022: 22.572 euros).

23. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal incorridos durante o período de 2023 e 2022 foram como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Remunerações		
Órgãos sociais (Nota 30)	1 38 914	223 145
Pessoal	<u>1 891 752</u>	<u>1 966 970</u>
	2 030 665	2 190 115
Outros gastos		
Encargos sobre remunerações	468 315	507 994
Gastos de ação social	80 948	77 025
Indemnizações	18	-
Outros	<u>59 232</u>	<u>69 746</u>
	608 513	654 765
	2 639 178	2 844 880

O número médio de empregados da Empresa em 2023 foi de 88 (2022: 96).

24. Outros rendimentos

A rubrica de Outros rendimentos pode ser apresentada como segue:

		<u>2023</u>	<u>2022</u>
Rendimentos suplementares	i)	1 49 087	1 49 506
Ganhos na alienação de outros ativos		647	3 665
Outros		<u>1 5 314</u>	<u>1 753</u>
		1 65 048	1 54 924

i) A rubrica de Rendimentos suplementares inclui a comparticipação atribuída ao valor das rendas suportadas pela Globaleda nas lojas comerciais fidelizadas à imagem da Vodafone.

25. Outros gastos

O detalhe da rubrica de Outros gastos é apresentado no quadro seguinte:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Impostos	6 505	4 354
Sinistros	-	2 555
Quotizações	91 2	1 562
Diferenças cambiais desfavoráveis	508	1 146
Perdas em alienações de activos tangíveis	-	392
Outros	1 25 090	61 3
	<u>1 33 015</u>	<u>1 0 622</u>

26. Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Juros e gastos similares		
Outros gastos e perdas financeiros	8 181	8 477
	<u>8 181</u>	<u>8 477</u>

27. Imposto sobre o rendimento

A decomposição do montante de imposto do período reconhecido nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Imposto sobre o rendimento corrente (Nota 12)	4 336	2 681
Imposto sobre o rendimento diferido (Nota 9)	(1 08 683)	(8 779)
	<u>(1 04 347)</u>	<u>(6 098)</u>

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data de balanço do período findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi de 18,4%, exceto sobre os prejuízos fiscais que se aplica a taxa de 14,7%.

A reconciliação do montante de imposto sobre o rendimento é conforme segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Resultado antes de impostos	(739 549)	(61 178)
Diferenças permanentes:		
Outros	832	1 456
Lucro Tributável / (Prejuízo Fiscal)	<u>(738 717)</u>	<u>(59 722)</u>
Matéria coletável	<u>(738 717)</u>	<u>(59 722)</u>
Taxa nominal de imposto	14,70%	14,70%
Tributação autónoma	4 336	2 681
Imposto diferido	<u>(1 08 683)</u>	<u>(8 779)</u>
Impostos sobre o rendimento do exercício	<u>(1 04 347)</u>	<u>(6 098)</u>

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Taxa de imposto	14,70%	14,70%
Derrama	<u>0,00%</u>	<u>0,00%</u>
	<u>14,70%</u>	<u>14,70%</u>

28. Contingências

Passivos contingentes

A GLOBALEDA tem as seguintes garantias bancárias prestadas:

Beneficiário	Objeto	Início	2023	2022
Direção Regional do Ambiente	Execução Rede Monitorização do ciclo hidrológico nas ilhas do Grupo Central e Ocidental	2014	-	9 074
Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos	Manutenção da Rede de Monitorização do Ciclo Hidrológico da R.A.A.	2022	5 678	5 678
MOTOROLA Espanha	Caução para prestação de serviços	2003	5 000	5 000
			<u>10 678</u>	<u>19 752</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Globaleda não tinha identificado outros passivos contingentes.

Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a GLOBALEDA não tinha identificado quaisquer ativos contingentes.

29. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Globaleda é controlada pela EDA – Electricidade dos Açores, S.A. que detém 74,9% do capital da empresa. Os restantes 25,1% são detidos pela Novabase Business Solutions.

29.1. Remuneração do Conselho de Administração

Os Órgãos de Gestão da Globaleda foram considerados de acordo com a NCRF 5 – Partes relacionadas como sendo os únicos elementos “chave” da gestão da Empresa. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as remunerações auferidas pelos mesmos são conforme segue:

	2023	2022
Remunerações (Nota 23)	1 38 91 4	223 1 45
	<u>1 38 91 4</u>	<u>223 1 45</u>

Os membros dos Órgãos de Gestão da Globaleda não realizaram qualquer tipo de contrato com a empresa para os períodos apresentados.

Adicionalmente foram pagos aos restantes Órgãos Sociais os seguintes montantes:

	2023	2022
Fiscal Único	7 500	7 500
	<u>7 500</u>	<u>7 500</u>

29.2. Transações entre partes relacionadas

a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Acionistas:

Electricidade dos Açores, S.A.

Novabase Business Solutions

Partes relacionadas por via de Acionistas:

EDA Renováveis, S.A.

SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.

b) Transações e saldos pendentes
i) Acionistas:

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a GLOBALEDA efetuou as seguintes transações com os seus acionistas:

Vendas de produtos e serviços

Vendas	<u>2023</u>	<u>2022</u>
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	1 321 901	26 622
	<u>1 321 901</u>	<u>26 622</u>
Serviços prestados	<u>2023</u>	<u>2022</u>
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	3 593 404	4 647 028
	<u>3 593 404</u>	<u>4 647 028</u>

Compras de produtos e serviços

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	630 993	873 581
	<u>630 993</u>	<u>873 581</u>

Saldos devedores e credores

No final dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos resultantes de transações efetuadas com os acionistas são como segue:

Saldos devedores	<u>2023</u>	<u>2022</u>
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	1 451 438	2 205 786
EDA - Electricidade dos Açores, S.A. - Caução	327 081	293 429
	<u>1 778 519</u>	<u>2 499 215</u>
Saldos credores		
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	<u>246 421</u>	<u>31 8 321</u>
	<u>246 421</u>	<u>31 8 321</u>

ii) Partes relacionadas por via de acionistas

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a GLOBALEDA efetuou as seguintes transações com aquelas entidades:

Vendas de produtos e serviços

Vendas	2023	2022
EDARenováveis, S.A	2 616	3 941
SEGMA- Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	3 603	-
	6 218	3 941

Serviços prestados	2023	2022
EDARenováveis, S.A	43 062	15 518
SEGMA- Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	7 765	12 752
	50 827	28 270

Compras de produtos e serviços

	2023	2022
SEGMA- Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	39 426	16 977
	39 426	16 977

Saldos devedores e credores

No final dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas por via de acionistas são como segue:

	2023	2022
Saldos devedores		
EDARenováveis, S.A	1 401	1 670
SEGMA- Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	-	9 197
	1 401	10 867
Saldos credores		
SEGMA- Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	4 250	8 781
	4 250	8 781

30. Políticas de gestão de Risco

Esta nota apresenta a informação relativa à exposição da Empresa a cada um dos riscos financeiros, bem como os seus objetivos, políticas e práticas para a mensuração e gestão desses riscos, e a gestão de fundos da Empresa em geral. Ao longo das presentes demonstrações financeiras, são apresentadas divulgações de cariz quantitativo que complementam esta informação.

O Conselho de Administração tem a responsabilidade final pela definição e controlo das políticas de gestão de risco da Empresa. Estas políticas foram estabelecidas com o intuito de identificar e analisar os riscos que a Empresa enfrenta, para definir limites de risco e controlos adequados e para monitorizar a evolução desses riscos e a aderência da Empresa aos limites que se autoimpôs. As políticas e sistemas de gestão de risco são revistos regularmente para se manterem aderentes à realidade das condições dos mercados e às atividades da Sociedade.

a) Risco de crédito e liquidez

O risco de crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes principalmente do incumprimento de um cliente relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com a Empresa no âmbito da sua atividade. Esta exposição ao risco de crédito prende-se, essencialmente, com os saldos a receber decorrentes da sua atividade operacional e é influenciado pelas características individuais de cada cliente.

É efetuada uma gestão permanente das carteiras de clientes e dos saldos devedores em aberto. Esta abordagem é complementada pelos procedimentos de cobrança.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito dos devedores da Empresa, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas por incobrabilidade, é efetuado regularmente. Os ajustamentos para saldos a receber são estimados em função das perdas estimadas na carteira, tendo por base uma análise de cada uma das posições em aberto à data da análise.

Para além dos saldos a receber de clientes, também a gestão de fundos monetários geridos pela empresa no âmbito da sua atividade de gestão de tesouraria pode expor a Sociedade ao risco de crédito.

31. Disposições legais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não existiam valores em dívida à Segurança Social nem à Administração Fiscal.

32. Eventos subsequentes

Até à data da aprovação destas demonstrações financeiras o Conselho de Administração não tomou conhecimento de quaisquer eventos subsequentes que devam ser alvo de registo ou divulgação nas presentes demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração

Assinado por: **Paulo Jorge da Costa André**
Num. de Identificação: 10291841
Data: 2024.03.19 11:16:12-01'00'

Paulo Jorge da Costa André

Assinado por: **Fábio Alexandre Costa**
Num. de Identificação: 12944359
Data: 2024.03.19 11:27:29-01'00'

Fábio Alexandre Costa

Assinado por: **Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda**
Num. de Identificação: 06566433
Data: 2024.03.19 10:39:26-01'00'

Maria Conceição Costa Pimentel V. Arruda

O Contabilista Certificado

Assinado por: **Catarina Isabel Raposo**
Num. de Identificação: 13275751
Data: 2024.03.19 08:52:23-01'00'

Catarina Isabel Raposo

Anexos

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Certificação Legal de Contas

Relatório de Auditoria



**RELATÓRIO E PARECER
DO FISCAL ÚNICO**

Senhores acionistas,

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, e tendo examinado oportunamente o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa e o Anexo da **GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.** (a Entidade), respeitantes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, vem o Fiscal Único submeter a vossa apreciação o seu relatório e parecer.

1. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Fiscal Único procedeu com resultados satisfatórios e com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e a outros elementos comprovativos.
2. O Fiscal Único acompanhou, com a devida regularidade, a gestão da atividade da Entidade, tendo obtido do Conselho de Administração todos os elementos, esclarecimentos e informações necessários ao cumprimento das funções que lhe competem.
3. O Fiscal Único considera que o Relatório de gestão foi elaborado em conformidade com os parâmetros referidos no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, indicando de forma clara a evolução passada e previsível dos negócios da Entidade.
4. O Fiscal Único considera que as demonstrações financeiras satisfazem os preceitos legais e estatutários e refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício.
5. As políticas contabilísticas adotadas na preparação das contas são as constantes do Anexo às demonstrações financeiras e correspondem à correta avaliação do património social e estão em conformidade com os requisitos legais.



6. Em face do que antecede, emitimos o seguinte parecer:
- (a) Aproveis o Relatório, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa e o Anexo preparados pelo Conselho de Administração com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, e
 - (b) Aproveis a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação de resultados do exercício.

Ponta Delgada, 19 de março de 2024

UHY – OLIVEIRA, BRANCO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

(n.º 164 e registada na CMVM com o n.º 20161471)

Representada por:

Manuel Luís Fernandes Branco

(n.º 652 e registado na CMVM com o n.º 20160296)



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 6.228.522 euros e um total de capital próprio de 3.226.106 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 635.203 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.** em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

UHY – OLIVEIRA, BRANCO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Escritório: Avenida Infante D. Henrique, nº 3 – 1ª – 9500-762 Ponta Delgada
Telefone: +351 296 283 246 – Email: geral.acores@uhy-portugal.pt – www.uhy-portugal.pt
A member of UHY, an international association of independent accounting and consulting firms
Sede: Rua das Flores, nº 3 – 9050-004 Funchal
Instituída na L.R.D.C. sob o nº 364 - Registada na C.M.V.A.M. com o nº 20161473 - NIPC nº 504629603 C.R.C. Funchal nº 504629603 – Capital social: 67.800 euro



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento à alínea e) do número 3 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Ponta Delgada, 19 de março de 2024

UHY – OLIVEIRA, BRANCO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

(n.º 164 e registada na CMVM com o n.º 20161471)

Representada por:

Manuel Luís Fernandes Branco

(n.º 652 e registado na CMVM com o n.º 20160296)



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Registo na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 20161389
Av. Eng. Duarte Pacheco, 7
1070-100 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
www.deloitte.pt

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Globaleda – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A. (“Entidade”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um ativo total de 6.228.522 Euros e um total de capital próprio de 3.226.106 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 635.203 Euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Globaleda – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outras matérias

As demonstrações financeiras da Entidade em 31 de dezembro de 2022 apresentadas para efeitos comparativos, foram auditadas por duas outras Sociedades de Revisores Oficiais de Contas cujos Relatório de Auditoria datado de 31 de março de 2023 e Certificação Legal de Contas datada de 31 de março de 2023, não incluem reservas.



“Deloitte”, “deloitte” e “deloitte” referem-se a uma ou mais Entidades membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), a DTTL (também referido como “Deloitte Global”) e cada uma das Entidades membro e entidades relacionadas são entidades legalmente separadas e independentes uma da outra, consequentemente, para todos os quaisquer efeitos, não são responsáveis umas pelas outras. A DTTL e cada Entidade membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são mutuamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelas atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte e lidera global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting, Financial Advisory e Risk Advisory a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas por todas. Os nossos profissionais apresentam resultados extraordinários e memoráveis, o que reforça a confiança dos mercados de capitais, porém não é o sucesso das nossas clientes e colaboradores a nossa economia mais forte, e uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com mais de 175 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 130 países e territórios. Saiba como os 415 000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.



Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou a erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Registo na OROC n.º 43
Registo na CMVM n.º 20161389

Página 3 de 3

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 19 de março de 2024

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo, ROC
Registo na OROC n.º 992
Registo na CMVM n.º 20160607

